GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

PM PIUM
Fls 01

DISPENSA DE LICITAÇÃO 027/2025-PMP

PROCESSO N°027/2025

OBJETO: contratação de empresa para consultoria fiscal, tributária e processos licitatórios do governo federal.

P M PIUM

Fls 02

PROTOCOLO	Número: 27/2025	Data: 13/01/2025
Interessado: **********		
Origem:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PROTOCOLO	
Assunto:	LICITAÇÕES	
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSULTORIA FISCAL,TRIBUTARIA E PROCESSOS LICITATORIOS DO GOVERNO FEDERAL. 83		

G & V ADMINISTRATIVO
CNPJ: 20.277.633/0001-59

PM PIUM
Fls 03

PROPOSTA DE PREÇOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025

Executaremos os serviços pelo preço de **R$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais);**
Assumimos inteira responsabilidade pôr quaisquer erros ou omissão que venham a serem verificados na preparação desta;
Manteremos válida a proposta pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua apresentação;
Utilizaremos equipe técnica e administrativa que for necessária para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos desde já, a correção dos mesmos, desde que assim seja necessária;

Órgão	Valor
Prefeitura de Pium	R$ 25.500,00

Proponente:
a) Nome/Razão Social: G **& V APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI - ME**
b) Endereço: AV. AEROPORTO
c) Telefone 9945-7657
d) CPF/CNPJ: 21.722.490/0001-00

OLIVEIRA DE FÁTIMA, 03 de JANEIRO de 2025

G & V APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI - ME
CNPJ: 21.722.490/0001-00

G&V ADMINISTRATIVO

COMERCIAL
(63) 99278-0796
(63) 98454-5756
PEGCOMERCIAL2020@GMAIL.COM

F M PIUM
Fls 04

P & G COMERCIAL - LTDA - ME
CNPJ: 13.390.820/0001-89

FUNDO MUNICIPAL DE PIUM - TO

Validade da Proposta 90 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, frete, contratação de pessoal, inclusive carga e descarga dos itens correrão totalmente por conta da Empresa Contratada;

Condições de Pagamento: O Pagamento será efetuado em até 30(Trinta) dias após cada entrega dos itens licitados, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente;

COTAÇÃO DE PREÇO

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QT.	UNID.	VALOR UNITARIO:
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025	01	SERV	R$ 29.500,00

P & G COMERCIAL LTDA:13390820000189
Assinado de forma digital por P & G COMERCIAL LTDA:13390820000189
Dados: 2025.01.02 08:38:59 -03'00'

PALMAS - TO, 02 / 01 / 2025

P & G COMERCIAL

F M PIUM
Fls 05

V. S. LIMA - ME

CNPJ: 20.277.633/0001-59

ORÇAMENTO

Nome da empresa: V. S. LIMA - ME

CNPJ nº: 20.277.633/0001-59

Sediada na: Av. AEROPORTO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025

Manteremos válida a proposta pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua apresentação;

Item	Descrição do Material	Qt serviço	Preço Unit.	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.	01	R$ 40.000,00	R$ 40.000,00

Executaremos os serviços pelo preço hora proposto

PALMAS, 02 de Janeiro de 2025

V. S. LIMA - ME - ME

CPNJ: 20.277.633/0001-59

F M PIUM
Fls 05

AUTUAÇÃO PROCESSO

Ao Departamento de Compras e Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL de Pium – TO, Estado do Tocantins, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, **autua** o presente processo de Licitação da seguinte forma:

Processo Administrativo.....	*027/2025*
Dispensa de licitação Nº.....	*027/2025*
Objeto.....	***Contratação de empresa para assessoria técnica especializada de consultoria em convênios federais, estaduais de recursos e prestação de contas junto ao executivo municipal durante o ano de 2024. A relação da quantidades e especificações que irar continuar para o ano de 2025.***
Solicitante.....	EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Responsável	EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Data	*13/01/2025*

O processo de licitação será instruído com a autuação de todos os documentos necessários, devidamente numerados em ordem crescente, de modo a atender a Lei federal nº 14.133/2021.

EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Secretário de administração

PM PIUM
Fls 06

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA- DFD		
ORGÃO: Secretaria Municipal de Administração de Pium - TO		
UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria de Administração	**CARGO** Secretário Municipal	**NOME** EDVAN GOMES DE OLIVEIRA

OBJETO DA DEMANDA:	
Contratação de empresa para assessoria técnica especializada de consultoria em convênios federais, estaduais de recursos e prestação de contas junto ao executivo municipal durante o ano de 2024. A relação da quantidades e especificações que irar continuar para o ano de 2025.	
NATUREZA DO OBJETO A SER CONTRATADO:	( ) Serviço não continuado ( ) Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra. (X) Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra. ( ) Material de consumo ( ) Material Permanente/equipamento ( ) Obras e outros investimentos

JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Contratação de empresa para assessoria técnica especializada, tem como finalidade atender ao contido na Legislação Federal e Estadual e do Estado do Tocantins, para o município através da formalização de convênios, termos de compromissos, termo de ajuste, termos de adesão, instrumentos similares e programas de ação continuada, bem como, quando na elaboração e encaminhamento da prestação de contas dos recursos que forem repassados, por quaisquer dos instrumentos acima mencionados para o Município.
O Município possui vários convênios, no âmbito estadual e federal, em execução do ano de 2025º qual e necessário realizar o acompanhamento dos mesmos, para saber se forma feitas prestações de conta, e se foi feito a inserção de propostas no sistema de convênios do Governo Federal e do Estado, bem como o estudo de como foi feito o processo de licitação desses convênios, conforme descrito neste Termo de Referência .

PM PIUM
Fls 07

PREVISÃO DA DATA, E LOCAL PARA O INÍCIO DOS SERVIÇOS
Os serviços serão prestados no município de Pium, sempre que quando solicitado pela secretaria de municipal de Administração;

DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Informações complementares sobre a contratação estarão disponíveis no Termo de Referência e edital.

Pium , 13 de Janeiro de 2025.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito municipal

P M PIUM
Fls 06

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2025.

ÓRGÃO:
Prefeitura Municipal de Pium - TO.

01 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui uma das etapas do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto e embasar o Termo de Referência ou Projeto Básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável.

1.2 Este estudo serve essencialmente para *Contratação de empresa para assessoria técnica especializada de consultoria em convênios federais, estaduais de recursos e prestação de contas junto ao executivo municipal durante o ano de 2024. A relação da quantidades e especificações que irar continuar para o ano de 2025.* para atender as necessidades deste município, em virtude da demanda existente, que serão fornecidos nas condições estabelecidas.

1.3 O presente documento apresenta informações e justificativas que compõem os Estudos Preliminares (EP) e parte do Termo de Referência (TR), as quais deverão subsidiar a elaboração do edital de licitação, bem como da minuta de termo contratual pela unidade competente. Além disso, são apresentadas, também, as justificativas para os aspectos mais relevantes da contratação, para fins de motivação das decisões adotadas.

02 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A licitação como expressa o artigo 2º da Lei de Licitações destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e planejamento e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios constitucionais e administrativos, a exemplo da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, sendo

PM PIUM
Fls 09

que a contratação do objeto será realizada através de licitação na modalidade Pregão .

2.4. Salientamos que a Prefeitura Municipal necessita dos ora solicitados, sendo que os mesmos deverá ser prestado no prédio da prefeitura municipal, no qual todas as despesas serão de reponsabilidade da contratada.

03 - ÁREA REQUISITANTE
ORGÃO: Secretaria Municipal de Administração

04 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
4.1 A contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa mediante competição. Deve-se limitar àqueles requisitos indispensáveis ao atendimento à necessidade garantindo-se a contratação.

05 - PESQUISA DE MERCADO
5.1 Foram realizadas pesquisas de preços com empresas do ramo de prestação de serviços no estado do Tocantins.
5.2 A realização de pesquisa de preço, objetivando o comportamento de mercado, foi realizado pelo setor de compras Pium - To.

06 - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E VALORES A SEREM CONTRATADAS E DESCRIÇÃO E DATAS PREVISTAS DOS EVENTOS
6.1 Os valores e as quantidades estimadas para a contratação, serão instruídos nos autos do processo administrativo nº 004/2025, onde será apresentado o demonstrativo da pesquisa de mercado referente a prestação dos serviços à ser licitado.

6.2 Em pesquisa de preços, irá verificar o preço médio estimado cobrado no mercado para prestação dos serviços.

ITEM	Discriminação	QT	UNID.	V. Total
01	*Contratação de empresa para assessoria técnica especializada de consultoria em convênios federais, estaduais de recursos e prestação de contas junto ao executivo municipal durante o ano de 2024. A relação da quantidades e especificações que irar continuar para o ano de 2025.*	01	**25.500,00**	**25.500,00**

07 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1 O objeto não é divisível, portanto, a licitação poderá ser realizada na dispensa de licitação e julgada pelo critério de menor preço mensal, no qual nesse momento, está Administração e planejamento entende que tendo uma maior concorrência para os itens em questão, traz maior segurança e agilidade para seu atendimento. Há que considerar então, que os princípios da eficiência e economicidade tão cobrados na Administração e planejamento públicos estariam sendo fielmente cumpridos, no qual verificou-se não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala.

7.2 Portanto, a licitação poderá ser realizada na dispensa de licitação, com efeito de atingir um número maior de possíveis prestadores de serviços, privilegiando dessa forma os princípios da competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

08 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

8.1 O presente instrumento visa o planejamento da contratação de empresa especializada para prestar os serviços conforme item 1.2.

8.2 A contratação dos serviços será efetuada por meio dispensa de licitação, procedimento ao qual permite que a Administração e planejamento adquira os produtos ou serviços em consonância com as demandas das secretarias participantes, salvaguardando-se de qualquer excessos, quando desnecessário, além de se conseguir melhores preços e melhores condições para a contratação dos serviços por meio do procedimento licitatório registro de preços e sem a necessidade de prévia manifestação orçamentária e tendo em vista que há necessidade de execução parcelada, a impossibilidade de definição real de quantitativos a serem demandados.

P M PIUM
Fls 11

09 - CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO GRAU DE SIGILO

09.1 - O presente estudo não se classifica como sigiloso.

10 - INSTITUCIONAL E LEGAL

10.1-Deverão, para a satisfação do procedimento licitatório em sua fase interna e externa, ser observados:

10.2 A licitação será promovida sob o prisma da Lei 14.133, observando as regulamentações aplicáveis em âmbito Municipal, considerando a natureza do objeto e as condições da contratação;

11 - DURAÇÃO DO CONTRATO.

11.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (Doze) meses, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, ainda, o prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto na lei, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

EDVAN GOMES DE OLIVEIRA
Secretário Municipal Administração

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

M PIUM
Fls 12

Pium – TO, 13 de janeiro de 2025.

DESPACHO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 027/2025
Dispensa de Licitação

OBJETO: Contratação de empresa para assessoria técnica especializada de consultoria em convênios federais, estaduais de recursos e prestação de contas junto ao executivo municipal durante o ano de 2024. A relação das quantidades e especificações dos serviços que iar continuar para o ano de 2025.
Objetivando a pratica de atos sequenciais e ordenados para atendimento das exigências das Lei n° 14.133/21, **solicito** que seja informado, pelo setor contábil, a indicação de recursos de ordem orçamentária para realizar tal despesa.

Após, encaminhe-se à Assessoria Jurídica para emissão de parecer acerca do presente processo e da minuta do contrato anexa.

RAYLLANNE GOUVEIA ARAUJO
Agente de Contratações

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09

PM PIUM
Fls 13

PROCESSO nº 027/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO

INDICAÇÃO DE RECURSOS

À Comissão Permanente de Licitações do Município de Pium - TO

Senhora Agente de Contratações,

Em atenção a solicitação da Sra. Agente de Contratações, informamos a existência de recurso próprio para as despesas relativas ao presente processo de dispensa de licitação, na seguinte classificação orçamentária:

ORGÃO	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DO RECURSO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	04.122.0003.2006	3.3.90.39	1500

Declaro, ainda, como secretário de finanças, para fins do disposto no artigo 16, inciso II da Lei Complementar n.º 101/01, que a presente despesa tem adequação orçamentária e financeira e está compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias Municipal.

Ao setor jurídico para parecer, conforme determinado.

Pium - TO, 13 de janeiro de 2025.

ANTONIO EDILSON DOS SANTOS SOUSA
Secretário Municipal de Finanças.

P M PIUM
Fls 14

MINUTA DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Nº 027/2025

Data abertura: xx de xxxxxxx de 2025

Horário: até às xx:xx hs.

1 - PREÂMBULO:

O MUNCICIPIO DE PIUM - TO, através da Comissão de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar dispensa de licitação tipo **MENOR PREÇO**, em EMAIL cplpium2021@gmail.com.to, fone: 0xx63 3368-1228, **VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.** Esclarecemos que a presente contratação será regida **Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021,** em seu **ART. 75, INCISO II e Decreto Federal 10.922/21**, em consonância com o parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura e demais normas legais pertinentes pelas condições deste edital e pelas demais normas legais aplicáveis à espécie.

2 – DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.

Valor Estimado da presente contratação conforme planilha orçamentária no valor de R$ 25.500,00.

3 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Os serviços e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos

MINUTA

órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

> *(...)*
> *"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no ART.

75, INCISO II da Lei n. 14.133/21, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

MINUTA

Art. 75. É dispensável a licitação:

II. para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos);

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.

4 - DA HABILITAÇÃO:

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62 e 65 da Lei 14.133/2021.

Para habilitação, deve ser apresentada a seguinte documentação:

Relativo à Habilitação Jurídica;

a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios;

b) Registro comercial, no caso de firma individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subseqüentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da ata arquivada da assembléia da última eleição da diretoria;

e) Inscrição no ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

g) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica (CNPJ);

Relativo a Regularidade Fiscal:

Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

a) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

b) Certidão Negativa de Débitos Municipais (da sede da proponente);

MINUTA

F M PIUM
Fls 67

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

d) Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);

e) Cópia dos Documentos pessoais do Sócio/Diretor da Empresa;

f) Contrato social; ou Requerimento Individual; se necessário for;

g) Cartão do CNPJ;

Relativa à qualificação econômico-financeira

a) apresentação de atestados de capacidade técnica emitida por pessoa de direito público ou privado em nome da empresa.

5 - DA RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPOSTA

A proposta de preços deve ser redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada e rubricadas todas as suas folhas pelo representante legal do licitante.

A proposta deverá indicar:

O preço unitário e total para a prestação de serviços, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas, diretas e indiretas, relacionadas com a prestação de serviços objeto da presente licitação.

A apresentação da proposta implica na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos e fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

5.2. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.3. Após a abertura da sessão, somente serão aceitas alterações formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas.

MINUTA

F M PIUM
Fls 16

Da Pesquisa de Preço: No processo em epígrafe, buscamos averiguar os valores praticados através de cotações.

Da Minuta do Contrato: Visando instruir a Dispensa de Licitação do Processo Administrativo em epígrafe, definindo claramente as obrigações das partes, esta COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES junta aos autos a Minuta do Contrato, Modelo em anexo.

6 - DA JUSTIFICATIVA:

Diz o art. 72 da Lei 14.133/2021

Do Processo de Contratação Direta

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa
de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, memorial descritivo, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; III - parecer jurídico e pareceres técnicos se forem o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

MINUTA

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise dos incisos, do art. 72 da Lei 14.133/2021. Inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 75, I da Lei 14.133/2021, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações.

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI estabelece o dever de licitar de forma a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, em obediência aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da legalidade.

Nesse mesmo sentido, a Lei n.º 14.133/21, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licitação corresponda a procedimento administrativo voltado à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público.

Sobre a contratação indevida sem a observância do procedimento licitatório, fracionando as despesas, Jorge
Ulysses Jacoby Fernandes, traz em sua obra Contratação Direta sem Licitação, páginas 154/159, 5ª edição, Editora
Brasília Jurídica, posicionamento do Tribunal de Contas as União, de que: "O parcelamento de despesa, quer com o objetivo de evitar modalidade mais ampla de licitação, quer com o de

MINUTA

F M PIUM
Fls 20

possibilitar-lhe a dispensa, constitui infração legal" (...) e também o TCU firmou entendimento de que "as compras devem ser estimadas para todo o exercício e há de ser preservada a modalidade correta para o objeto total, que agruparia todos os itens".

Essa orientação foi consagrada também em publicação oficial do TCU intitulada Licitações e Contratos – Orientações Básicas, Brasília:

"É vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Lembre-se fracionamento refere-se à despesa."

"Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa." Acórdão 73/2003 – Segunda Câmara.

"Realize, nas compras a ser efetuado, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmos, de forma a racionalizá-las e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmentação de despesas" Acórdão 407/2008 – Primeira Câmara.

Logo Justificamos esta Dispensa de Licitação em razão da necessidade de "Contratação de empresa habilitada para" prestação de serviços citado acima;

7 - DO PRAZO DA PROPOSTADAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

7.1 – O prazo de validade da proposta é aquele apresentado pela Empresa em sua proposta, ou, em não constando a validade nesta, 60 dias.

7.2 – O prazo para execução do Objeto do presente Edital será de imediato, iniciando-se este prazo juntamente com a ORDEM DE SERVIÇO.

MINUTA

8 – DA DOTAÇÃO E DOS PAGAMENTOS:

8.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2025, conforme segue:

Órgão: **03** – Secretaria Municipal de Administração;
Unidade: **0002** – Administração Geral;
Projeto Atividade: **04.122.0003.2006** – Manutenção das atividades administrativas;
Elementos de Despesas: **3.3.90.39** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Cód.: **39**; Fonte: **1.500.0000.000000**.

8.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (TRINTA) dias após a prestação de serviços e apresentação da Nota fiscal/

Fiscal, contendo a modalidade e o nº. da licitação, agência e conta corrente em nome da proponente do banco a ser depositado.

8.3 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

8.4 - O pagamento será feito por transferência bancária em até 30 dias após a entrega dos Serviços, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo Fiscal de Contrato Designado para tal finalidade.

9 – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS.

9.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

9.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

MINUTA

FM PIUM
Fls 22

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5. Cometer fraude fiscal;

9.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.2.2. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 5% (cinco por cento).

9.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.2.6. Impedimento de licitar e contratar com o município pelo prazo de até 02 (dois) anos;

9.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Memorial descritivo.

9.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

MINUTA

9.3 As sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.2.5, 9.2.6 e 9.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.4 Também ficam sujeitas às penalidades com base a Lei Federal nº 14.133/21, as empresas ou profissionais que:

9.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município para o recebimento judicialmente.

9.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1- É inteira responsabilidade da empresa contratada, a prestação dos serviços objeto deste Edital, sendo que o mesmo responderá por quaisquer danos que causar, inclusive perante terceiros, na entrega dos Serviços.

10.2- Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

MINUTA

PM PIUM
Fls 24

11 - DO FORO:

11.1- Todas as controvérsias ou reclames relativos ao presente Edital serão resolvidos mediante arbitramento, segundo estabelece as leis e o Juízo da Comarca de Cristalândia-TO.

12 – DA PUBLICAÇÃO:

12.1– A publicação desta Dispensa de Licitação será feita no diário Municipal, e no Site do Município.

13 - CONSTITUEM ANEXOS DESTE EDITAL O SEGUINTE:

Anexo I – Termo de referência
Anexo II – Modelo da Proposta de Preços.
Anexo III – Minuta de Contrato.

PIUM - TO, em xxx de xxxxx de 2025.

Autorizado:

_____

Prefeito municipal

Comissão:

_____

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

_____

APOIO.

_____

APOIO.

MINUTA

P M PIUM
Fls 25

TERMO DE REFERÊNCIA

DEMANDANTE: Município de Pium- TO
Responsável: FERNANDO BELARMINO DA SILVA – Prefeito.

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação de uma consultoria técnica especializada, tem como finalidade atender ao contido na Legislação Federal e Estadual na execução de programas e projetos que envolvam a transferência de recursos financeiros do Orçamento Geral da União Federal e do Estado do Tocantins, para o Município através da formalização de convênios, termos de compromissos, termos de ajuste, termos de adesão, instrumentos similares e programas de ação continuada, bem como, quando na elaboração e encaminhamento da prestação de contas dos recursos que forem repassados, por quaisquer dos instrumentos acima mencionados para o Município.

O Município possui vários convênios, no âmbito estadual e federal, em execução do ano de 2024 prosseguindo para o ano de 2025 o qual é necessário realizar o acompanhamento dos mesmos, para saber se foram feitas prestações de contas, e se foi feito a inserção de propostas no sistema de convênios do Governo federal e do Estado, bem como o estudo de como foi feito o processo de licitação desses convênios, conforme descrito neste Termo de Referência.

3. LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS/SERVIÇOS, DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZOS

3.1. Os serviços poderão ser prestados no escritório da contratada, na sede da Administração Municipal e/ou nos diversos setores, departamentos e secretarias municipais, e remotamente (está em qualquer horário do dia, através de meios de comunicação tais como: telefone, correio eletrônico, fax, software de mensagem instantânea e outras formas de comunicação existentes);

3.2 O início dos trabalhos será imediato após assinatura do contrato.

3.3 **Assessoria e Consultoria:**

- Diagnóstico do município e dos projetos de captação de recursos do ano 2024;
- Levantar a situação de todas as que irão continuar em 2025;

MINUTA

P M PIUM
Fls 26

- Levantar os projetos já desenvolvidos situações de cada um dos projetos junto ao Governo Federal e Estadual;
- Estratégia: Levantamento online e in loco e relatório com status de cada projeto.

- Elaboração de pareceres e recomendações por escrito, pertinentes ao objeto.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Para elaboração deste documento, foram observados às seguintes normas de regência:
Para elaboração deste documento, foram observados às seguintes normas de regência:
4.1. Lei Federal nº 14.133/2021: institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências;

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;
A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo de contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital/termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS

Órgão: **03** – Secretaria Municipal de Administração;
Unidade: **0002** – Administração Geral;
Projeto Atividade: **04.122.0003.2006** – Manutenção das atividades administrativas;
Elementos de Despesas: **3.3.90.39** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Cód.: **39**; Fonte: **1.500.0000.000000**.

MINUTA

FM PIUM
Fls 27

8. ESTIMATIVA DE VALOR
9.

Item	Descrição do Material	Qt serviço	Preço Unit.	Preço Total
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.**	01	R$ 25.500,00	R$ 25.500,00

Pium - TO, 16 de Janeiro de 2025.

Documento elaborado por:

Guilherme Pereira Cruz
Diretor de Compras

Aprovado por:

Prefeito Municipal

MINUTA

PM PIUM
Fls 28

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PRECOS

LOCAL E DATA

Ao Município de PIUM –TO.

Comissão de contratação

Objeto: Execução dos serviços de _____ **no Município de** PIUM

Ref.: Dispensa de Licitação nº XXX/XXXX

Item	Descrição do Material	Qt serviço	Preço Unit.	Preço Total
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.**	01	R$ 25.500,00	R$ 25.500,00

Prezado Senhores:

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sa., a nossa proposta de preços relativa a Licitação em epígrafe. Declaramos que os preços para execução dos serviços será de R$ (.....).

Na hipótese de ser adjudicado a esta firma o objeto licitado, o representante legal para Assinatura do Contrato ou qualquer outro documento será:

NOME: _____ **ESTADO CIVIL:** _____

PROFISSÃO: _____ **CARTEIRA DE IDENTIDADE:** _____

CIC / MF Nº _____ **CARGO:** _____

MINUTA

PM PIUM
Fls 29

ENDEREÇO: _____

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA FIRMA

CARIMBO

FIRMA PROPONENTE

ANEXO IV

MINUTA

PM PIUM
Fls 30

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2025

Termo de Contrato celebrado entre o **Município de PIUM** e _____, referente **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro na cidade de Pium, Estado do Tocantins, à Avenida _____, S/Nº, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo gestor Sr. _____, brasileiro, inscrito sob o nº ___, C.I. nº _____ SSP/to, portador do C.P.F. nº _____, residente e domiciliado nesta cidade, e _____, _____, com sede e foro na _____, _____ , inscrita no CPF/C.N.P.J. sob o nº_____,doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por seu Representante Legal, _____, _____, _____, _____, residente e domiciliado em _____/___, portador da Cédula de Identidade nº _____, CPF nº_____, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, elaborado de acordo com a minuta examinada pela **ASSESSORIA JURIDICA**, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025**.

PARÁGRAFO ÚNICO – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

As aquisições deste Contrato possuem suas especificações, quantidades e observações do Objeto dispensa **Processo nº 020/2025** parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Pela prestação dos serviços o Contratante pagará ao contratado o valor de R$_____ ( )

Item	Descrição do Material	Qt serviço	Preço Unit.	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO	01	R$ 25.500,00	R$ 25.500,00

MINUTA

	DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.			

CLÁUSULA TERCEIRA – O licitante vencedor deverá obedecer às disposições estabelecidas para o serviço objeto deste processo licitatório;

CLÁUSULA QUARTA – Das Penalidades:

I - O Contratado que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ficará sujeita às penalidades previstas pela lei 14.133/2021;

CLÁUSULA QUINTA - São requisitos necessários dos condutores da Contratada para prestarem os serviços deste instrumento, entre outros determinados pela legislação:

CLÁUSULA SEXTA - Será de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos com a manutenção do equipamento, seguros obrigatórios, todas as despesas com a adequação do equipamento com as disposições legais, todos os encargos trabalhistas, todos os encargos sociais e todos os encargos previdenciários, isentando integralmente o contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data da realização do serviço objeto, onde serão efetuados pagamentos através de Ordem Bancária, mediante apresentação de Nota Fiscal com atesto de conformidade do fiscal dos serviços executados no período.

A despesa com a prestação dos serviços objeto do presente Edital correrá pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão: **03** – Secretaria Municipal de Administração;
Unidade: **0002** – Administração Geral;
Projeto Atividade: **04.122.0003.2006** – Manutenção das atividades administrativas;
Elementos de Despesas: **3.3.90.39** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Cód.: **39**; Fonte: **1.500.0000.000000**.

CLÁUSULA OITAVA - O presente instrumento terá a seguinte vigência após a **homologação até 12 meses,** após o qual será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial, podendo, entretanto ser prorrogado por até 60 (sessenta) dias mediante termo aditivo a este instrumento.

CLÁUSULA NONA - Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito à contratada indenização de qualquer espécie quando:

MINUTA

FM PIUM
Fls 32

I - Não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;
II - A parte contratada transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do contratante;
III – Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos da lei 14.133/2021
IV - Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato;
V - No caso de acordo entre as partes, atendida a conveniência dos serviços, mediante lavratura de termo próprio ou conclusão dos serviços contratados ou por ocasião da conclusão destes, conforme objeto da licitação;
CLÁUSULA DÉCIMA – O pagamento do ISSQN será descontado do valor pago pela prestação dos serviços.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – São responsáveis pela execução deste Contrato: Pelo CONTRATANTE o Sr _____; Pelo contratado o Sr._____.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente contrato está vinculado ao **Edital nº ____/2025.**

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos, no prazo de 30 (trinta) dias da data da entrada das notas fiscais/faturas no Protocolo da Prefeitura, apos as mesmas serem conferidas e atestadas pelo funcionário responsável pelo setor.

Fica facultado à Prefeitura a antecipação de pagamentos de notas fiscais, mediante descontos previamente acordados.

Servir-se dos equipamentos exclusivamente para os fins convencionados.

Levar ao conhecimento do CONTRATANTE as turbações de terceiros.

Fornecer o combustível necessário, do veículo destinado à realização do serviço objeto do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – São obrigações do Contratado:
a) O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo CONTRATANTE, com especial observância da lei vigente.

b) Antes de iniciar as atividades, apregoar logomarca do Município, conforme especificação fornecida pelo CONTRATANTE.

c) Assumir as despesas de manutenção, operador, inclusive danos causados a terceiros e quaisquer outras despesas decorrentes da presente avença.

d)Manter os equipamentos em perfeito estado de conservação, funcionamento e condições de uso, observando sempre a legislação vigente aplicável à espécie.

e) executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do município;

MINUTA

F M PIUM
Fls 33

f) responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;
g) cumprir portarias e Resoluções do Município;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Constituirão motivos para rescisão do contrato, independentemente da conclusão de seu prazo:
a) manifesta deficiência do serviço;
b) reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
c) falta grave a juízo do município;
d) abandono total ou parcial do serviço;
e) falência ou insolvência;
f) não der início às atividades no prazo previsto.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Fica eleito o foro da comarca de Cristalândia – TO, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.
E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo firmadas, que declaram conhecer todas as Cláusulas contratadas.

PIUM-TO, aos _____ de _____ de 2025.

_____
Prefeito municipal

Representante Legal da Contratada

TESTAMUNHAS: *1-*_____ *2-*_____
CPF: *CPF*

MINUTA

PMP PIUM
Fls 34

PARECER JURÍDICO

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – Processo nº 027/2025
SOLICITANTE: Prefeitura Municipal de Pium/TO - PMP
SOLICITADO: Assessoria Jurídica
OBJETO: Contração de empresa para assessoria técnica especializada de consultoria em convênios Federais, Estaduais de recurso e prestação de contas junto ao Executivo Municipal durante o ano de 2024. A relação das quantidades e especificações dos serviços que irá continuar para o ano de 2025.

I- DO PROCESSO

Chegaram os autos administrativos para emissão de parecer quanto à possibilidade jurídica da dispensa de licitação que tem como objeto **contração de empresa para assessoria técnica especializada de consultoria em convênios Federais, Estaduais de recurso e prestação de contas junto ao Executivo Municipal durante o ano de 2024. A relação das quantidades e especificações dos serviços que irá continuar para o ano de 2025.**

A supracitada contratação por meio de Dispensa de Licitação, tem como fulcro o art. 75, inciso II da Nova de Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/2021.

É o sucinto relatório. Passo a análise jurídica.

II- PRELIMINAR

De início, ressalte-se que este parecer é opinativo e presta a consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados no âmbito governamental, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

III- DA FUNDAMENTAÇÃO

III.I – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO – NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Sobre a contratação em epígrafe, primeiramente, é preciso analisar sob o prisma do art. 75, II da nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, *in verbis:*

Nádia

PM PIUM
Fls 35

"Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil reais setecentos e vinte cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras;"

Nesse passo, importante destacar que, com a vigência da nova lei de licitações (14.133/2021), o valor antes previsto no Decreto Federal nº 9.412/2018 de 18 de junho de 2018), de R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), foi atualizado e passou a ser de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). **O valor foi atualizado conforme Decreto nº 12.343/2024 de 30 de dezembro de 2024, passando para 62.725,59 (sessenta e dois mil reais setecentos e vinte cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras.**

Em análise ao processo, nota-se que o valor se encontra dentro do limite previsto no artigo 75, II da Lei nº 14.133/21 para contratação de serviços e compras.

IV- DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA. PESQUISA DE PREÇO. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Uma vez iniciado o processo de dispensa de licitação através da Lei nº 14.133 de 2021, o mesmo deverá, em sua totalidade obedecer a legislação escolhida. Dessa forma, para o presente processo de dispensa, recomenda-se à Administração Pública juntar autos administrativos, toda a documentação exigida no art. 72 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Senão, vejamos:

"Art. 72. **O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação**, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
II - Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

PM PIUM
Fls 36

VI - Razão da escolha do contratado;
VII - justificativa de preço;
VIII - autorização da autoridade competente."

Quanto à justificativa de preço, é essencial para comprovar que o preço ajustado é compatível com o valor praticado pelo mercado, quer seja em qualquer procedimento licitatório, procedimento de contratação (como, por exemplo, nas prorrogações de contratos), ou ainda nas contratações diretas, dispensáveis ou inexigíveis.

Ademais, destaca-se que a justificativa do preço se fundamenta em uma prévia cotação de preço junto a um banco de preços, as contratações similares de outros entes públicos, as mídias especializadas, a outros fornecedores, ou por outro meio idôneo que possa a aferir o valor médio de mercado em contratações similares.

V- DA MINUTA DO CONTRATO

Passamos agora à análise dos elementos abordados na minuta do contrato e sua concordância com as imposições do art. 92 da Nova Lei de Licitações.

Traz o referido mandamento a **obrigatoriedade de abordagem das seguintes cláusulas nos contratos administrativos**, podendo estas ser suprimidas ou acrescidas, conforme o caso:

"Art. 92. **São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam**:
I - o objeto e seus elementos característicos;
II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria

Nádia

econômica;
IX - a matriz de risco, quando for o caso;
X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena

execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
XIX - os casos de extinção."

Dessa feita, observa-se que a minuta de contrato cumpre com os critérios obrigatórios estipulados em lei preenchendo todos os requisitos.

VI- DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela possibilidade jurídica do processo de Dispensa de Licitação**, ressaltando a importância e obrigatoriedade da autoridade competente para proceder a formalização do contrato com aquele que obteve a melhor proposta, atendendo assim, a legislação.

Recomenda-se a nomeação de fiscal de contrato, para quando da formalização deste, nos termos do art. 117 c/c art. 7º da Lei nº 14.133/2021, para

M PIUM
Fls 38

emitir relatório sobre o efetivo cumprimento do serviço.

Cumpre apenas esclarecer que não cabe à assessoria jurídica avaliar critérios de vantagem e conveniência na aquisição, pois, trata-se de prerrogativas exclusivas da gestão pública, dessa forma, desde que o entendimento o interesse público e as demais orientações técnicas apresentadas, entendo que a contratação poderá ser efetivada, de forma direta, tendo em vista que, a referida contratação enquadra-se nas hipóteses de dispensa de licitação, definida no inciso II do artigo 75 da Lei 14.133/2021.

Este parecer **está adstrito a análise formal do processo, sem, contudo, adentrar na oportunidade e conveniência, analisar ou acompanhar a execução do referido objeto,** o qual estará sob a responsabilidade do ordenador de despesas e Fiscal do contrato.

Opina-se, também, que o Gestor promova o estudo prévio, a fim de que a contratação compreenda as aquisições do exercício em curso, **evitando possível fracionamento e se for o caso proceder à licitação prévia.**

Finalmente, é nosso dever salientar que este parecer **não possui caráter vinculativo,** sendo realizado apenas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

É o nosso parecer, s.m.j.

Pium/TO, 14 de janeiro de 2025.

PUBLIO BORGES ALVES
Assinado de forma digital por PUBLIO BORGES ALVES
Dados: 2025.01.15 17:25:14 -03'00'

PÚBLIO BORGES ALVES
OAB/TO 2.365
PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE PIUM/TO

Nadja Jussara P. Araújo

NADJA JUSSARA PONTE ARAÚJO
OAB/TO 13.259

PM PIUM
Fls 39

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

O MUNICIPIO DE PIUM – TO, torna público que fará realizar na sala de reunião Do Departamento de Compras e Licitação, na Sede da Prefeitura Municipal de PIUM - TO, SELEÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS DE EVENTUAIS INTERESSADOS.

PROCESSO Nº 027/2025 **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025**

As propostas adicionais deverão ser encaminhadas ao setor de licitação juntamente com os documentos referidos no edital até o dia 22 de Janeiro 2025, as 17:00hs, atreves do e-mail: cplpiumto2021@gmail.com. Fundamentação Legal: Art. 75 II c/c Art. 23 da Lei 14133/2021. Maiores informações presencialmente das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira na Sede da Prefeitura Municipal de Pium, através do site eletrônico **www.pium.to.gov.br.**

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
Agente de Contratação

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ERRATA AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

O FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PIUM – TO, torna público a ERRATRA da presente republicação devido a publicação anterior ter saído com endereço de e-mail incorreto, e que a comissão só aceitara novas propostas, que as empresas que já mandaram a documentação via e-mail não poderão mais mandar proposta.

PROCESSO Nº 001/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA, NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO JUNTO A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, COM A FINALIDADE DE ACOMPANHAR E TOMAR AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS E NECESSÁRIAS NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DISPENSA DE LICITAÇÃO E DEMAIS PROCEDIMENTOS

As propostas adicionais deverão ser encaminhadas ao setor de licitação juntamente com os documentos referidos no edital até o dia 20 de Janeiro 2025, as 17:00hs, atreves do e-mail: onde se ler cplpium2021@gmail.com leia-se cplpiumto2021@gmail.com. Fundamentação Legal: Art. 75 II c/c Art. 23 da Lei 14133/2021. Maiores informações presencialmente das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira na Sede da Prefeitura Municipal de Pium, através do site eletrônico www.pium.to.gov.br.

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
Agente de Contratação

SETOR DE LICITAÇÕES PREFEITURA MUNICIPAL

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

O MUNICIPIO DE PIUM – TO, torna público que fará realizar na sala de reunião Do Departamento de Compras e Licitação, na Sede da Prefeitura Municipal de PIUM - TO, SELEÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS DE EVENTUAIS INTERESSADOS.

PROCESSO Nº 027/2025 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025

As propostas adicionais deverão ser encaminhadas ao setor de licitação juntamente com os documentos referidos no edital até o dia 22 de Janeiro 2025, as 17:00hs, atreves do e-mail: cplpiumto2021@gmail.com. Fundamentação Legal: Art. 75 II c/c Art. 23 da Lei 14133/2021. Maiores informações presencialmente das 08:00 às 12:00 de segunda a sexta-feira na Sede da Prefeitura Municipal de Pium, através do site eletrônico www.pium.to.gov.br.

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
Agente de Contratação

PM PIUM
Fls 40

55008824363043439 31

P M PIUM
Fls 41

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO: Nº 027/2025
Data abertura: 22 de Janeiro de 2025
Horário: até às 17:00 hs.

1 - PREÂMBULO:

O MUNCICIPIO DE PIUM - TO, através da Comissão de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar dispensa de licitação tipo **MENOR PREÇO**, em EMAIL cplpium2021@gmail.com.to, fone: 0xx63 3368-1228, **VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.** Esclarecemos que a presente contratação será regida **Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021,** em seu **ART. 75, INCISO II e Decreto Federal 10.922/21**, em consonância com o parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura e demais normas legais pertinentes pelas condições deste edital e pelas demais normas legais aplicáveis à espécie.

2 – DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.

Valor Estimado da presente contratação conforme planilha orçamentária no valor de R$ 25.500,00.

3 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Os serviços e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos

órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

> *(...)*
> *"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril
de 2021, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando
impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no ART.
75, INCISO II da Lei n. 14.133/21, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

P M PIUM
Fls 43

Art. 75. É dispensável a licitação:

II. para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos);

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.

4 - DA HABILITAÇÃO:

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62 e 65 da Lei 14.133/2021.

Para habilitação, deve ser apresentada a seguinte documentação:

Relativo à Habilitação Jurídica;

a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios;

b) Registro comercial, no caso de firma individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da ata arquivada da assembléia da última eleição da diretoria;

e) Inscrição no ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

g) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica (CNPJ);

Relativo a Regularidade Fiscal:

Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

a) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

b) Certidão Negativa de Débitos Municipais (da sede da proponente);

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

d) Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);

e) Cópia dos Documentos pessoais do Sócio/Diretor da Empresa;

f) Contrato social; ou Requerimento Individual; se necessário for;

g) Cartão do CNPJ;

Relativa à qualificação econômico-financeira

a) apresentação de atestados de capacidade técnica emitida por pessoa de direito público ou privado em nome da empresa.

5 - DA RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPOSTA

A proposta de preços deve ser redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada e rubricadas todas as suas folhas pelo representante legal do licitante.

A proposta deverá indicar:

O preço unitário e total para a prestação de serviços, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas, diretas e indiretas, relacionadas com a prestação de serviços objeto da presente licitação.

A apresentação da proposta implica na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos e fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidade e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

5.2. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.3. Após a abertura da sessão, somente serão aceitas alterações formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas.

PM PIUM
Fls 45

Da Pesquisa de Preço: No processo em epígrafe, buscamos averiguar os valores praticados através de cotações.

Da Minuta do Contrato: Visando instruir a Dispensa de Licitação do Processo Administrativo em epígrafe, definindo claramente as obrigações das partes, esta COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES junta aos autos a Minuta do Contrato, Modelo em anexo.

6 - DA JUSTIFICATIVA:

Diz o art. 72 da Lei 14.133/2021

Do Processo de Contratação Direta

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa
de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, memorial descritivo, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; III - parecer jurídico e pareceres técnicos se forem o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

PM PIUM
Fls 46

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise dos incisos, do art. 72 da Lei 14.133/2021. Inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 75, I da Lei 14.133/2021, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações.

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI estabelece o dever de licitar de forma a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, em obediência aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da legalidade.

Nesse mesmo sentido, a Lei n.º 14.133/21, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licitação corresponda a procedimento administrativo voltado à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público.

Sobre a contratação indevida sem a observância do procedimento licitatório, fracionando as despesas, Jorge

Ulysses Jacoby Fernandes, traz em sua obra Contratação Direta sem Licitação, páginas 154/159, 5ª edição, Editora

Brasília Jurídica, posicionamento do Tribunal de Contas as União, de que: "O parcelamento de despesa, quer com o objetivo de evitar modalidade mais ampla de licitação, quer com o de

possibilitar-lhe a dispensa, constitui infração legal" (...) e também o TCU firmou entendimento de que "as compras devem ser estimadas para todo o exercício e há de ser preservada a modalidade correta para o objeto total, que agruparia todos os itens".

Essa orientação foi consagrada também em publicação oficial do TCU intitulada Licitações e Contratos – Orientações Básicas, Brasília:

"É vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Lembre-se fracionamento refere-se à despesa."

"Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa." Acórdão 73/2003 – Segunda Câmara.

"Realize, nas compras a ser efetuado, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmos, de forma a racionalizá-las e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmentação de despesas" Acórdão 407/2008 – Primeira Câmara.

Logo Justificamos esta Dispensa de Licitação em razão da necessidade de "Contratação de empresa habilitada para" prestação de serviços citado acima;

7 - DO PRAZO DA PROPOSTADAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

7.1 – O prazo de validade da proposta é aquele apresentado pela Empresa em sua proposta, ou, em não constando a validade nesta, 60 dias.

7.2 – O prazo para execução do Objeto do presente Edital será de imediato, iniciando-se este prazo juntamente com a ORDEM DE SERVIÇO.

8 – DA DOTAÇÃO E DOS PAGAMENTOS:

8.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2025, conforme segue:

Órgão: **03** – Secretaria Municipal de Administração;
Unidade: **0002** – Administração Geral;
Projeto Atividade: **04.122.0003.2006** – Manutenção das atividades administrativas;
Elementos de Despesas: **3.3.90.39** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Cód.: **39**; Fonte: **1.500.0000.000000**.

8.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (TRINTA) dias após a prestação de serviços e apresentação da Nota fiscal.

Fiscal, contendo a modalidade e o nº. da licitação, agência e conta corrente em nome da proponente do banco a ser depositado.

8.3 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

8.4 - O pagamento será feito por transferência bancária em até 30 dias após a entrega dos Serviços, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo Fiscal de Contrato Designado para tal finalidade.

9 – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS.

9.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

9.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5. Cometer fraude fiscal;

9.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.2.2. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 5% (cinco por cento).

9.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.2.6. Impedimento de licitar e contratar com o município pelo prazo de até 02 (dois) anos;

9.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Memorial descritivo.

9.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.3 As sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.2.5, 9.2.6 e 9.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.4 Também ficam sujeitas às penalidades com base a Lei Federal nº 14.133/21, as empresas ou profissionais que:

9.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município para o recebimento judicialmente.

9.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1- É inteira responsabilidade da empresa contratada, a prestação dos serviços objeto deste Edital, sendo que o mesmo responderá por quaisquer danos que causar, inclusive perante terceiros, na entrega dos Serviços.

10.2- Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

11 - DO FORO:

11.1- Todas as controvérsias ou reclames relativos ao presente Edital serão resolvidos mediante arbitramento, segundo estabelece as leis e o Juízo da Comarca de Cristalândia - TO.

12 – DA PUBLICAÇÃO:

12.1– A publicação desta Dispensa de Licitação será feita no diário Municipal, e no Site do Município.

13 - CONSTITUEM ANEXOS DESTE EDITAL O SEGUINTE:

Anexo I – Termo de referência
Anexo II – Modelo da Proposta de Preços.
Anexo III – Minuta de Contrato.

PIUM - TO, em 16 de Janeiro de 2025.

Autorizado:

_____

Prefeito municipal

Comissão:

_____

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

_____

APOIO.

_____

APOIO.

TERMO DE REFERÊNCIA

DEMANDANTE: Município de Pium- TO
Responsável: FERNANDO BELARMINO DA SILVA – Prefeito.

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação de uma consultoria técnica especializada, tem como finalidade atender ao contido na Legislação Federal e Estadual na execução de programas e projetos que envolvam a transferência de recursos financeiros do Orçamento Geral da União Federal e do Estado do Tocantins, para o Município através da formalização de convênios, termos de compromissos, termos de ajuste, termos de adesão, instrumentos similares e programas de ação continuada, bem como, quando na elaboração e encaminhamento da prestação de contas dos recursos que forem repassados, por quaisquer dos instrumentos acima mencionados para o Município.

O Município possui vários convênios, no âmbito estadual e federal, em execução do ano de 2024 prosseguindo para o ano de 2025 o qual é necessário realizar o acompanhamento dos mesmos, para saber se foram feitas prestações de contas, e se foi feito a inserção de propostas no sistema de convênios do Governo federal e do Estado, bem como o estudo de como foi feito o processo de licitação desses convênios, conforme descrito neste Termo de Referência.

3. LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS/SERVIÇOS, DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZOS

3.1. Os serviços poderão ser prestados no escritório da contratada, na sede da Administração Municipal e/ou nos diversos setores, departamentos e secretarias municipais, e remotamente (está em qualquer horário do dia, através de meios de comunicação tais como: telefone, correio eletrônico, fax, software de mensagem instantânea e outras formas de comunicação existentes);

3.2 O início dos trabalhos será imediato após assinatura do contrato.

3.3 **Assessoria e Consultoria:**

- Diagnóstico do município e dos projetos de captação de recursos do ano 2024;
- Levantar a situação de todas as que irão continuar em 2025;

- Levantar os projetos já desenvolvidos situações de cada um dos projetos junto ao Governo Federal e Estadual;
- Estratégia: Levantamento online e in loco e relatório com status de cada projeto.

- Elaboração de pareceres e recomendações por escrito, pertinentes ao objeto.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Para elaboração deste documento, foram observados às seguintes normas de regência:

Para elaboração deste documento, foram observados às seguintes normas de regência:

4.1. Lei Federal nº 14.133/2021: institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências;

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo de contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital/termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS

Órgão: **03** – Secretaria Municipal de Administração;
Unidade: **0002** – Administração Geral;
Projeto Atividade: **04.122.0003.2006** – Manutenção das atividades administrativas;
Elementos de Despesas: **3.3.90.39** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Cód.: **39**; Fonte: **1.500.0000.000000**.

PMPIUM
Fls 54

8. ESTIMATIVA DE VALOR
9.

Item	Descrição do Material	Qt serviço	Preço Unit.	Preço Total
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.**	01	R$ 25.500,00	R$ 25.500,00

Pium - TO, 16 de Janeiro de 2025.

Documento elaborado por:

Guilherme Pereira Cruz
Diretor de Compras

Aprovado por:

Prefeito Municipal

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PRECOS

LOCAL E DATA

Ao Município de PIUM –TO.

Comissão de contratação

Objeto: Execução dos serviços de _____ **no Município de** PIUM

Ref.: Dispensa de Licitação nº XXX/XXXX

Item	Descrição do Material	Qt serviço	Preço Unit.	Preço Total
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.**	01	R$ 25.500,00	R$ 25.500,00

Prezado Senhores:

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sa., a nossa proposta de preços relativa a Licitação em epígrafe. Declaramos que os preços para execução dos serviços será de R$ (.....).

Na hipótese de ser adjudicado a esta firma o objeto licitado, o representante legal para Assinatura do Contrato ou qualquer outro documento será:

NOME: _____ **ESTADO CIVIL:** _____

PROFISSÃO: _____ **CARTEIRA DE IDENTIDADE:** _____

CIC / MF Nº _____ **CARGO:** _____

56

ENDEREÇO: _____

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA FIRMA

CARIMBO

FIRMA PROPONENTE

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2025

Termo de Contrato celebrado entre o **Município de PIUM** e _____, referente **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro na cidade de Pium, Estado do Tocantins, à Avenida _____, S/Nº, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo gestor Sr. _____, brasileiro, inscrito sob o nº ___, C.I. nº _____ SSP/to, portador do C.P.F. nº _____, residente e domiciliado nesta cidade, e _____, _____, com sede e foro na _____,_____ , inscrita no CPF/C.N.P.J. sob o nº_____,doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por seu Representante Legal, _____, _____, _____, _____, residente e domiciliado em _____/___, portador da Cédula de Identidade nº _____, CPF nº_____, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, elaborado de acordo com a minuta examinada pela **ASSESSORIA JURIDICA**, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025**.

PARÁGRAFO ÚNICO – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

As aquisições deste Contrato possuem suas especificações, quantidades e observações do Objeto dispensa **Processo nº 020/2025** parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Pela prestação dos serviços o Contratante pagará ao contratado o valor de R$_____( )

Item	Descrição do Material	Qt serviço	Preço Unit.	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO	01	R$ 25.500,00	R$ 25.500,00

	DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.			

CLÁUSULA TERCEIRA – O licitante vencedor deverá obedecer às disposições estabelecidas para o serviço objeto deste processo licitatório;

CLÁUSULA QUARTA – Das Penalidades:

I - O Contratado que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ficará sujeita às penalidades previstas pela lei 14.133/2021;

CLÁUSULA QUINTA - São requisitos necessários dos condutores da Contratada para prestarem os serviços deste instrumento, entre outros determinados pela legislação:

CLÁUSULA SEXTA - Será de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos com a manutenção do equipamento, seguros obrigatórios, todas as despesas com a adequação do equipamento com as disposições legais, todos os encargos trabalhistas, todos os encargos sociais e todos os encargos previdenciários, isentando integralmente o contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data da realização do serviço objeto, onde serão efetuados pagamentos através de Ordem Bancária, mediante apresentação de Nota Fiscal com atesto de conformidade do fiscal dos serviços executados no período.

A despesa com a prestação dos serviços objeto do presente Edital correrá pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão: **03** – Secretaria Municipal de Administração;

Unidade: **0002** – Administração Geral;

Projeto Atividade: **04.122.0003.2006** – Manutenção das atividades administrativas;

Elementos de Despesas: **3.3.90.39** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Cód.: **39**; Fonte: **1.500.0000.000000**.

CLÁUSULA OITAVA - O presente instrumento terá a seguinte vigência após a **homologação até 12 meses,** após o qual será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial, podendo, entretanto ser prorrogado por até 60 (sessenta) dias mediante termo aditivo a este instrumento.

CLÁUSULA NONA - Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito à contratada indenização de qualquer espécie quando:

I - Não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;
II - A parte contratada transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do contratante;
III – Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos da lei 14.133/2021
IV - Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato;
V - No caso de acordo entre as partes, atendida a conveniência dos serviços, mediante lavratura de termo próprio ou conclusão dos serviços contratados ou por ocasião da conclusão destes, conforme objeto da licitação;
CLÁUSULA DÉCIMA – O pagamento do ISSQN será descontado do valor pago pela prestação dos serviços.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – São responsáveis pela execução deste Contrato: Pelo CONTRATANTE o Sr _____; Pelo contratado o Sr._____.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente contrato está vinculado ao **Edital n° ____/2025.**

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos, no prazo de 30 (trinta) dias da data da entrada das notas fiscais/faturas no Protocolo da Prefeitura, apos as mesmas serem conferidas e atestadas pelo funcionário responsável pelo setor.

Fica facultado à Prefeitura a antecipação de pagamentos de notas fiscais, mediante descontos previamente acordados.

Servir-se dos equipamentos exclusivamente para os fins convencionados.

Levar ao conhecimento do CONTRATANTE as turbações de terceiros.

Fornecer o combustível necessário, do veículo destinado à realização do serviço objeto do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – São obrigações do Contratado:
a) O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo CONTRATANTE, com especial observância da lei vigente.

b) Antes de iniciar as atividades, apregoar logomarca do Município, conforme especificação fornecida pelo CONTRATANTE.

c) Assumir as despesas de manutenção, operador, inclusive danos causados a terceiros e quaisquer outras despesas decorrentes da presente avença.

d)Manter os equipamentos em perfeito estado de conservação, funcionamento e condições de uso, observando sempre a legislação vigente aplicável à espécie.

e) executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do município;

f) responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;
g) cumprir portarias e Resoluções do Município;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Constituirão motivos para rescisão do contrato, independentemente da conclusão de seu prazo:
a) manifesta deficiência do serviço;
b) reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
c) falta grave a juízo do município;
d) abandono total ou parcial do serviço;
e) falência ou insolvência;
f) não der início às atividades no prazo previsto.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Fica eleito o foro da comarca de Cristalândia – TO, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.
E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo firmadas, que declaram conhecer todas as Cláusulas contratadas.

PIUM-TO, aos _____ de _____ de 2025.

_____
Prefeito municipal

Representante Legal da Contratada

TESTAMUNHAS: *1-*_____ *2-*_____
CPF: *CPF*

COMPLIANCE
Soluções em gestão pública

P M PIUM
Fls 55

P M PIUM
Fls 61

PROPOSTA DE PREÇOS

Palmas – TO, 21 de janeiro de 2025.

Ao Município de PIUM –TO.

Comissão de contratação

Objeto: Execução dos serviços de ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025, **no Município de PIUM – TO.**

Ref.: Dispensa de Licitação nº 020/2025

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública.

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÕES	V. UNIT.	V. TOTAL
01	1	SERV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.	R$ 22.500,00	22.500,00

Prezado Senhores:

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sa., a nossa proposta de preços relativa a Licitação em epígrafe. Declaramos que os preços para execução dos serviços será de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).

Na hipótese de ser adjudicado a esta firma o objeto licitado, o representante legal para Assinatura do Contrato ou qualquer outro documento será:

COMPLIANCE
Soluções em gestão pública

PM PIUM
Fls 58

PM PIUM
Fls 62

NOME: DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA **ESTADO CIVIL:** SOLTEIRO

PROFISSÃO: ADVOGADO **CARTEIRA DE IDENTIDADE:** 13.179 OAB/TO

CIC / MF Nº 063.432.371- 78 CARGO: ADVOGADO

ENDEREÇO: Palmas - TO, na QUADRA ARSE 101 Alameda 11, no SN, COND RESIDENCIAL VITORIA;BLOCO C;, Plano Diretor Sul, CEP: 77023-512;

DADOS DA EMPRESA:

DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL: COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA
CNPJ: 57.651.792/0001-81

EMAIL: compliancegpublica@gmail.com

CONTATO: (063) 99119-6581 / 99236-1397

ENDEREÇO: QUADRA ACSV SE 102 AV LO 23 LOTE 01, nº SN, SALA 05; Plano Diretor Sul, Palmas - TO, CEP: 77023528.
DADOS BANCÁRIOS: AG: 0001 / CC: 817496975-9 / BANCO: NUBANK

COMPLIANCE SOLUCOES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LT:57651792000181

Assinado de forma digital por COMPLIANCE SOLUCOES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LT:57651792000181
Dados: 2025.01.21 11:07:04 -03'00'

DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA (Responsável Técnico)
OAB Nº 13.179
COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA
CNPJ: 57.651.792/0001-81

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

P M PIUM
Fls 60

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: COMPLIANCE SOLUCOES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 57.651.792/0001-81
Certidão nº: 87257152/2024
Expedição: 19/12/2024, às 10:35:09
Validade: 17/06/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

P M PIUM
Fls 63

Certifica-se que **COMPLIANCE SOLUCOES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **57.651.792/0001-81, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Simplifica TOCANTINS

PM PIUM
Fls 61

PM PIUM
Fls 64

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

Número 2467127

Nome da Empresa: COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA

CNPJ: 57.651.792/0001-81

Atividade Principal(CNAE)6204-0/00 - Consultoria em tecnologia da informação

Atividade(s) Secundárias (CNAE) 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo, 8219-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

Município: Município de Palmas **Endereço:** QUADRA ACSV SE 102 AV LO 23 LOTE 01, SN, SALA 05;, Plano Diretor Sul

CEP: 77023528

Local e data: Município de Palmas, sexta, 11 de outubro de 2024

CARLOS JOSÉ DE ASSIS JUNIOR
Secretaria Municipal de Finanças

Observações:**TAXAS DISPONIVEIS NO LINK: HTTP://EXTRATO.PALMAS.TO.GOV.BR/EXTRATO-PESSOA/ CCP-496982 PARA MAIORES INFORMAÇÕES LIGAR TELEFONE/WHATSAPP 63 3212 7076**

Código de Autenticidade: **ISLGPAG**

EMITIDO ELETRONICAMENTE PELO SIMPLIFICA TOCANTINS

Esse documento deverá permanecer exposto em local visível no estabelecimento empresarial

	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Serviços Regionais	INSCRIÇÃO MUNICIPAL 2467127	ALVARÁ Nº 2024012268

Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

P M PIUM
Fls 62

P M PIUM
Fls 65

I - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

CONTRIBUINTE: **COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA - CCP 496982**
COMPLIANCE ASSESSORIA

CPF/CNPJ: **57.651.792/0001-81**

ENDEREÇO: **ACSV SE 102, AV. LO 23, 01, SALA 05; PLANO DIRETOR SUL, PALMAS-TO**
1006 S - VICINAL, AV. LO 23, Nº SN, SALA 05; PLANO DIRETOR SUL, PALMAS-TO

II - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EXERCÍCIO: **2024** DATA EMISSÃO: **28/10/2024** VALIDADE: **31/01/2025** Nº PROCESSO: **2400081165**

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA: **NATALIA DE SOUSA MOURA**

ÁREA DO ESTABELECIMENTO: **0.00 m2**

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: **COMERCIAL**

III - ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE-FISCAL)	Licen.Sanitária	Licen.Ambiental	Ativ.Endereço
6204000 - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PRINCIPAL	**Não**	**Não**	**Sim**
7020400 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA	**Não**	**Não**	**Não**
8219999 - PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	**Não**	**Não**	**Sim**
8211300 - SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO	**Não**	**Não**	**Sim**

1º JAN 1990 Prefeitura Municipal de Palmas

Expedido pela Internet em 29 de Outubro de 2024 às 09:20	Em conformidade com o *Art.7º do Decreto Nº 353/2005.* A validade/autenticidade deste pode ser verificado no site **http://alvara.palmas.to.gov.br/autenticidade/** ou utilizando seu smartphone/tablet para fazer a leitura do **QRCODE(imagem)** ao lado. Codigo de Validação: **cceb6.05d5c-469867**	

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 19279828

OBSERVAÇÕES

ART.30, INC. I, L. 8906/94

ASSINATURA DO PORTADOR

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

P.M. PIUM
Fls 63

Fls 66

Scanned with ACE Scanner

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO TOCANTINS
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO
13.179

NOME
DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA

FILIAÇÃO

MARITA FERNANDES TEIXEIRA

NATURALIDADE
GOIÂNIA-GO

DATA DE NASCIMENTO
23/01/1999

RG
1.089.795 2 VIA - SSP/TO

CPF
063.432.371-78

VIA
01

EXPEDIDO EM
09/05/2024

GEDEON BATISTA PITALUGA JUNIOR
PRESIDENTE

PM PIUM
Fls 76

Fls 77

PM PIUM

Scanned with ACE Scanner

VALE COMO DOCUMENTO DE IDENTIDADE
E TEM FE PUBLICA (ART. 15 INCISO VII, LEI 6
DE 12/07/73 E LEI G.206 DE 07/05/75).

FILIAÇÃO
JANESKLAYTON FERREIRA DE
MOURA
MARIA NAZARE DE SOUSA

CPF
705.918.821-59

DATA DE EMISSÃO
25/04/2024

DATA DE NASCIMENTO
30/12/1999

DATA DE VALIDADE
25/04/2026

IDENTIDADE
052323592014-6

ÓRGÃO EXPEDIDOR
SSP-MA

Natália de Sousa Moura

NACIONALIDADE
BRASILEIRA

VALIDA EM TODO TERRITORIO NACIONAL

816480

P.M. PIUM
Fls.

Digitalizado com CamScanner

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Conselho Federal de Enfermagem

Inscrição - COREN TO 000.830.021

ENFERMEIRA



PROIBIDO PLASTIFICAR

NOME CIVIL
NATALIA DE SOUSA MOURA

NATURALIDADE / UF / NACIONALIDADE
ARAGUAÍNA
TO
BRASILEIRA

PRESIDENTE

PM PIUM
Fls 69

PM PIUM

Digitalizado com CamScanner

PM PIUM
Fls 07

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA, BRASILEIRO , SOLTEIRO, EMPRESARIO, nascido(a) em 23/01/1999, n° do CPF 063.432.371-78, residente e domiciliado na cidade de Palmas - TO, na QUADRA ARSE 101 Alameda 11, nº SN, COND RESIDENCIAL VITORIA;BLOCO C;, Plano Diretor Sul, CEP: 77023-512;

NATALIA DE SOUSA MOURA, BRASILEIRA , SOLTEIRA, empresaria, nascido(a) em 30/12/1999, n° do CPF 705.918.821-59, residente e domiciliada na cidade de Palmas - TO, na QUADRA ARSE 72 Alameda 12 LOTE 16, nº SN, Plano Diretor Sul, CEP: 77022-392;

Resolvem, em comum acordo, constituir uma sociedade empresária limitada, nos termos da Lei n° 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade adotará como nome empresarial:**COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA**, e usará a expressão COMPLIANCE ASSESSORIA como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DA SEDE (art. 997, II, CC)
A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: QUADRA ACSV SE 102 AV LO 23 LOTE 01, nº SN, SALA 05;, Plano Diretor Sul, Palmas - TO, CEP: 77023528.

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC)
A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica:CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL; PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO; SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL; PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO; SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO..

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 6204-0/00 - Consultoria em tecnologia da informação
CNAE Nº 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
CNAE Nº 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
CNAE Nº 8219-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto n° 1.800/96)
A sociedade iniciará suas atividades em 20/09/2024 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL (ART. 997, III e IV e ART. 1.052 e 1.055, CC)
O capital será de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), dividido em 15000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R$ 15.000,00 (quinze mil reais) em moeda corrente no Pais

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

Nome dos Sócios	Qtd Quotas	Valor Em R$	%
DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA	7500	7.500,00	50,00
NATALIA DE SOUSA MOURA	7500	7.500,00	50,00
TOTAL:	15000	15.000,00	100,00

CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 997, VI; 1.013, 1.015; 1.064, CC)
A administração da sociedade será exercida pelo sócio**NATALIA DE SOUSA MOURA** que representará legalmente

P M PIUM
Fls 68

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA

a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC)
Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR (art. 1.011, § 1° CC e art. 37, II da Lei n° 8.934 de 1994)
O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE
Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para os sócios administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS
A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO
Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS
As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE
A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA XIV - PORTE EMPRESARIAL
Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006)

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇAO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA

CLAUSULA XV - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas - TO, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Tocantins.

Palmas - TO, 20 de setembro de 2024

DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA
Sócio

NATALIA DE SOUSA MOURA
Sócio/Administrador

P M PIUM
Fls 70

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA consta assinado digitalmente por:

73

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
06343237178	DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA
70591882159	NATALIA DE SOUSA MOURA

JUCETINS

CERTIFICO O REGISTRO EM 11/10/2024 10:09 SOB Nº 17200901065.
PROTOCOLO: 240630491 DE 11/10/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12414532956. CNPJ DA SEDE: 57651792000181.
NIRE: 17200901065. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 20/09/2024.
COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA

ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL
simplifica.to.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

PM PIUM

Fls 71

74

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
57.651.792/0001-81 **MATRIZ**		**11/10/2024**

NOME EMPRESARIAL
COMPLIANCE SOLUCOES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
COMPLIANCE ASSESSORIA	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
Q ACSV SE 102 AV LO 23 LOTE 01	**SN**	**SALA 05**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.023-528	**PLANO DIRETOR SUL**	**PALMAS**	**TO**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
COMPLIANCEGPUBLICA@GMAIL.COM	**(63) 9119-6581/ (0000) 0000-0000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**11/10/2024**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **11/10/2024** às **10:13:07** (data e hora de Brasília).

P M PIUM
Fls 73

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 57.651.792/0001-81
Razão Social: COMPLIANCE SOLUCOES E ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA
Endereço: Q ACSV SE 102 LO 23 1 SALA 5 / PLANO DIRETOR SUL / PALMAS / TO / 77023-528

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:16/01/2025 a 14/02/2025

Certificação Número: 2025011611246361173313

Informação obtida em 16/01/2025 13:48:09

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

75

P M PIUM
Fls 75
76

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

1ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E/OU RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

N. ee8dd66c

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

COMPLIANCE SOLUCOES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA

CNPJ n. 57.651.792/0001-81

Certidão emitida em: 14/01/2025, às 09:49:10 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;

b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;

c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.

d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.

e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;

f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj

g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 14/01/2025, 09:49:16

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão
6281356

Validador
56365246349125063579897834788490

PM PIUM
Fls 71

77

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ : 57.651.792/0001-81 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: -

FINALIDADE:
LICITAÇÃO

HISTÓRICO:
NÁO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço http://www.to.gov.br/sefaz

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente , o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Quarta-feira, 15 de Janeiro de 2025 - 16h 15m 02s **Emitida Via INTERNET**

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.

P M PIUM
Fls 75

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

78

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: COMPLIANCE SOLUCOES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA
CNPJ: 57.651.792/0001-81

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:47:40 do dia 11/12/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/06/2025.
Código de controle da certidão: **AF03.BECE.21BB.35AD**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

M PIUM
Fls 76

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (19/12/2024 às 10:42) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 57.651.792/0001-81.

79

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6764.22E3.941E.6779 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

P M PIUM
Fls 77

PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

80

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS CONTRIBUINTE

CPF/CNPJ: **57.651.792/0001-81**

Contribuinte: **COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA** Inscrição: **2467127**

Endereço oficial: **ACSV SE 102, AV. LO 23, LOTE 01, SALA 05; PLANO DIRETOR SUL, PALMAS-TO**

Endereço de correspondência: **1006 S - VICINAL, AV. LO 23, Nº SN, SALA 05; PLANO DIRETOR SUL, PALMAS-TO**

Finalidade: **Licitação**

É certificado que, nesta data, não constam débitos pendentes em nome da pessoa jurídica acima identificada, relativos a tributos municipais, inclusive em Dívida Ativa, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas.

Esta Certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa **jurídica** no âmbito da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Palmas.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Base legal: art. 138 da Lei Complementar nº 285, de 31 de outubro de 2013, c/c art. 205 do Código Tributário Nacional.

A aceitação da presente Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço **http://cnd.palmas.to.gov.br/validar-documento/**, ou em qualquer Agência de Rendas da Secretaria de Finanças, através do numero identificador e do código de validação logo abaixo:

Numero identificador: **57.651.792/0001-81**
Código de validação: **057cd.a62d6.f428b-1148192**

Palmas, 19 de Dezembro de 2024 às 10:32.

Certidão válida até 17 de Fevereiro de 2025

1º JAN 1990
Prefeitura Municipal de Palmas

P M PIUM
Fls 78
81

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **COMPLIANCE SOLUCOES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA**

CPF/CNPJ: **57.651.792/0001-81**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:16:11 do dia 15/01/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: 4ERX150125161611

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

P M PIUM
Fls 75

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

82

1ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E JUSTIÇA MILITAR

N. 6dc72b9d

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

COMPLIANCE SOLUCOES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA

CNPJ n. 57.651.792/0001-81

Certidão emitida em: 19/12/2024, às 10:21:13 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;

b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;

c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.

d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.

e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;

f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj

g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 19/12/2024, 10:22:27

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

concluiu o curso **Nova Lei de Licitações: modalidade e seleção de fornecedores (Turma OUT/2023)**, *com carga-horária de 25 horas, início em 23/10/2023, término em 26/10/2023 e nota final 90.*

Betânia Lemos
Presidenta

FM PUM
Fls 83

Histórico

Nome:
Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

Curso:
Nova Lei de Licitações: modalidade e seleção de fornecedores

Disponibilidade:
23/10/2023 a 02/11/2023

Carga Horária:
25 horas

Nota Final:
90

Conteúdo

Módulo 1: Das Modalidades de Contratação: Principais mudanças previstas na LLCA
Módulo 2: Modalidades de Licitação
Módulo 3: Critérios de Julgamentos na Nova Lei
Módulo 4: Habilitação de Fornecedores
Módulo 5: Contratações diretas

Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código: XCpH1081441735L8

Este certificado foi gerado em 26/10/2023.

O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço https://www.escolavirtual.gov.br.

A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.

Escola Nacional de Administração Pública

PM PIUM Fls 24

PM PIUM Fls 25

00.627.612/0001-09 Enap Escola Nacional de Administração Pública

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

concluiu o curso **Nova Lei de Licitações: planejamento e governança (Turma OUT/2023)**, *com carga-horária de 25 horas, início em 09/10/2023, término em 10/10/2023 e nota final 93.75.*

Betânia Lemos
Presidenta

PM PIUM
Fls 25

PM PIUM
Fls 88

Histórico

Nome:
Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

Curso:
Nova Lei de Licitações: planejamento e governança

Disponibilidade:
09/10/2023 a 08/11/2023

Carga Horária:
25 horas

Nota Final:
93.75

Conteúdo

Módulo 1 - Lei Federal nº 14.133: contextualizando as mudanças trazidas pela nova lLei;
Módulo 2 - Introdução ao planejamento e governança das contratações;
Módulo 3 - Processo de elaboração de Estudo Técnico Preliminar -- ETP);
Módulo 4 - Processo de elaboração de TRs.

Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código: U5fF10702221MVhh

Este certificado foi gerado em 10/10/2023.

O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção **Validação de Documentos** no endereço https://www.escolavirtual.gov.br.

A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.

Escola Nacional de Administração Pública

PM PIUM Fls 86

PM PIUM Fls 83

00.627.612/0001-09 Enap Escola Nacional de Administração Pública

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

concluiu o curso **Elaboração de termos de referência para contratação de bens e serviços na Nova Lei de Licitações (Turma OUT/2023)**, *com carga-horária de 20 horas, início em 10/10/2023, término em 11/10/2023 e nota final 75.*

Betânia Lemos
Presidenta

PM PIUM
Fls 82

PM PIUM
Fls 44

Histórico

Nome:
Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

Curso:
Elaboração de termos de referência para contratação de bens e serviços na Nova Lei de Licitações

Disponibilidade:
10/10/2023 a 28/10/2023

Carga Horária:
20 horas

Nota Final:
75

Conteúdo

Módulo 1: Processo de Contratação Pública;
Módulo 2: Elaboração de termos de referência para contratação de bens e serviços.

Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código: 2xIB10715242Aw4F

Este certificado foi gerado em 11/10/2023.

O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção **Validação de Documentos** no endereço https://www.escolavirtual.gov.br.

A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.

Escola Nacional de Administração Pública

PM PIUM
Fls
00.627.612/0001-09
Enap
Escola Nacional de Administração Pública

PM PIUM
Fls

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

concluiu o curso **Introdução à Aplicação do Plano de Contratação Anual (Turma OUT/2023)**, *com carga-horária de 20 horas, início em 11/10/2023, término em 23/10/2023 e nota final 85.63.*

Betânia Lemos
Presidenta

PM PIUM
Fls 89

PM PIUM
Fls 89

Histórico

Nome:
Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

Curso:
Introdução à Aplicação do Plano de Contratação Anual

Disponibilidade:
11/10/2023 a 31/10/2023

Carga Horária:
20 horas

Nota Final:
85.63

Conteúdo

Módulo 1: Introdução ao Planejamento de Contratações Anual;
Módulo 2: Conhecendo as Etapas do PCA e seu Processo de Aplicação;
Módulo 3: O Sistema de Planejamento e Gerenciamento das Contratações - SPGC.

Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código: fm6010727443ZdKu

Este certificado foi gerado em 23/10/2023.

O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço https://www.escolavirtual.gov.br.

A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.

Escola Nacional de Administração Pública

PM PIUM Fls 90

Fls 88

00.627.612/0001-09 Enap Escola Nacional de Administração Pública

Curso Prático de
Ata de Registro
DE PREÇO

CERTIFICADO

DE CONCLUSÃO

CERTIFICAMOS QUE:

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

28/10/2024

participou do CURSO PRÁTICO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO, ministrado pelo professor Matheus Carvalho com carga horária de 10 horas. Estando, dessa forma, apto(a) a analisar e elaborar o artefato da Nova Lei de Licitações.

CONCLUÍDO
COM MÉRITO

Professor Matheus Carvalho

PROMOTORA: Vianna de Carvalho
Cursos e Aulas LTDA – ME
CNPJ: 13.292.261/0001-74

PM PIUM
Fls 91

PM PI
Fls 88

CERTIFICADO

Certificamos que

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

concluiu o **Curso PNCP _ Aprenda a fazer pesquisa de preço na prática** , com carga horária total **2h/a (duas horas aula)**, realizado pelo LicitaClub - o Clube Oficial dos Especialistas em Licitações, em parceria com a Unievo - Universidade da Evolução.

Blumenau-SC, 11/10/24

MAIRIELLY CLEMENTE SILVA ALVES
Professora

ELAINE CRISTINA FREITAS LOUREIRO
Diretora

PM PIUM
Fls 92

Fls 93

LICITACLUB UNIEVO UNIVERSIDADE DA EVOLUÇÃO

INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

ESCOLA DO TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO TOCANTINS

Certificado

Certificamos que

DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA

participou do curso SICAP/LCO na prática - Turma I/2022, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, no período de 1º a 28 de fevereiro de 2022.

Napoleão de Souza Luz Sobrinho
Presidente do TCE/TO

Márcia de Carvalho Ribeiro
Diretora-Geral do Instituto de Contas

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do endereço http://ead.tce.to.gov.br/institutodecontas

Autenticação: c01d46b318b2848734179d521bc9f845

PM PIUM Fls 93

PM PIUM Fls 94

INSTITUTO DE CONTAS 5 DE OUTUBRO

ESCOLA DO TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO TOCANTINS

Evento/curso: **SICAP/LCO na prática - Turma I/2022**
Modalidade: **À distância**
Período: **01/02/2022 a 28/02/2022**
Carga horária: **12 Horas**

Conteúdo Programático

Apresentação - Execução, Visão Geral do Sistema, Gerenciar o Instrumento de contratação, Legislação, Gerenciar a situação, Acesso ao sistema, Gerenciar de termos aditivos se for contrato, 1ª Fase - Licitações, Dispensa, Inexigibilidade e Adesões, Gerenciamento de apostilamentos se for contrato, Gerenciar Licitações, Alimentação dos anexos, Gerenciar Dispensa e Inexigibilidade, Gerenciar das unidades permitidas se for contrato, Gerenciar Adesões, Assinaturas e seus requisitos, Alimentação dos anexos, Fase de Obras, Gerenciar as Classificações orçamentárias, Gerenciar os dados da obra, Gerenciar as Classificações de despesas, Gerenciar os profissionais, Gerenciar as Fonte de recursos, Gerenciar o cronograma, Gerenciar as Publicações, Gerenciar situação, Gerenciar as Unidades participantes caso licitação, Gerenciar coordenadas, Gerenciar os Convênios se for o caso, Gerenciar medições e seus anexos, Assinaturas e seus requisitos, Alimentação dos anexos, Fase, Assinaturas e seus requisitos, Gerenciamento da Situação do contrato, Nada Consta, Gerenciar os licitantes contratados, Visão Geral, Alimentação dos anexos, Gerenciar o nada consta, Assinatura, Modulo Relatório.

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do endereço http://ead.tce.to.gov.br/institutodecontas
Autenticação: c01d46b318b2848734179d521bc9f845
Certificado impresso em: 15/08/2023

PM PIUM
Fls 94

PM PIUM
Fls 97

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

concluiu o curso **Procedimentos Auxiliares na Nova Lei de Licitações (Turma MAR/2024)**, *com carga-horária de 20 horas, início em 18/03/2024, término em 20/03/2024 e nota final 83.33.*

Betânia Lemos
Presidenta

PM PIUM
Fls 95

PM PIUM
Fls

Histórico

Nome:
Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

Curso:
Procedimentos Auxiliares na Nova Lei de Licitações

Disponibilidade:
18/03/2024 a 07/04/2024

Carga Horária:
20 horas

Nota Final:
83.33

Conteúdo

Módulo 1: Os procedimentos auxiliares das licitações e contratações no âmbito da Lei nº 14.133/2021,

Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código: wVEH12342831ncJ0

Este certificado foi gerado em 20/03/2024.

O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço https://www.escolavirtual.gov.br.

A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.

Escola Nacional de Administração Pública

PM PIUM Fls 96

PIUM Fls 97

00.627.612/0001-09 Enap Escola Nacional de Administração Pública

Faculdade Unypública

FACULDADE UNYPUBLICA

CERTIFICADO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ORDEM E PROGRESSO

Pós-Graduação Lato Sensu

O Diretor Geral da Faculdade Unypublica no uso de suas atribuições, confere o Título de Especialista a

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

*pela conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em **MBA em Gestão Pública 4.0**, com 480 horas, aprovado pelo Diretor de Pós-Graduação conforme Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, com o percurso do aluno no período de 13/08/2024 a 14/12/2024.*

Curitiba, 18 de dezembro de 2024.

Jonias de Oliveira e Silva
Diretor Geral

FPM PIUM
Fls 97

FPM PIUM
Fls 98

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira
Concluinte

Aluno: ***Diogo Vinicius Fernandes Teixeira***
Curso: ***MBA em Gestão Pública 4.0***

CPF: ***063.432.371-78***
Área de Conhecimento (CAPES/CNPQ): ***Negócios, administração e direito***

Disciplina	***Ministrante***	***Titulação***	***CH***	***Nota***	***Frequência(%)***	***Situação Final***
Noções de Gestão Pública	*Janete Probst Munhoz*	*Doutorado*	*100h*	*9,20*	*100*	*Aproveitamento*
Processos Gerenciais da Gestão Pública	*Leonardo Cristiano da Silva*	*Mestrado*	*95h*	*9,80*	*100*	*Aproveitamento*
Gestão Pública 4.0	*Jonias de Oliveira e Silva*	*Especialização*	*135h*	*10,00*	*100*	*Aprovado*
Responsabilizações por Atos, Omissões e Ações Administrativa	*Cassius Mozart Santana*	*Especialização*	*90h*	*7,40*	*100*	*Aproveitamento*
Cidades Inteligentes	*Ana Cristina Martins Alessi*	*Especialista*	*60h*	*9,00*	*100*	*Aproveitamento*

Credenciada para oferta em EAD pela Portaria nº 615 de 09/08/2021, publicado no D.O.U de 11/08/2021. Este curso obedeceu a todas as disposições da Resolução CNE/CES nº 1 de 06 de abril de 2018. Atendendo as exigências da lei nº 9.394/1996, do CNE.

Curitiba, 18 de dezembro de 2024
Faculdade Unypublica - CNPJ: 45.597.714/0001-67
Rua Voluntários da Pátria, nº 547 - Centro - CEP 80.020-000 - Curitiba - Paraná
Telefone: (41) 3653-3031 (Secretaria de Pós-Graduação)

PM PIUM
Fls 98

PM PIUM
Fls

Faculdade Unypública

FACULDADE UNYPUBLICA

CERTIFICADO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ORDEM E PROGRESSO

Pós-Graduação Lato Sensu

O Diretor Geral da Faculdade Unypublica no uso de suas atribuições, confere o Título de Especialista a

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

*pela conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em **MBA em Direito Administrativo Municipal**, com 480 horas, aprovado pelo Diretor de Pós-Graduação conforme Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, com o percurso do aluno no período de 26/04/2024 a 27/08/2024.*

Curitiba, 04 de setembro de 2024.

Jonias de Oliveira e Silva
Diretor Geral

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira
Concluinte

PM PIUM
Fls 99

Fls 96

*Aluno: **Diogo Vinicius Fernandes Teixeira***
*Curso: **MBA em Direito Administrativo Municipal***
*Área de Conhecimento (CAPES/CNPQ): **Negócios, administração e direito***

*CPF: **063.432.371-78***
*Registro: **118** Livro: **01** Folha: **13***
*Data do Registro: **04/09/2024***

Disciplina	Docente/Titulação	Carga Horária	Ano/Período	Menção Final	Situação
Noções de Gestão Pública	Janete Probst Munhoz - Doutora	100		9.2	Aprovado
Processos Gerenciais da Gestão Pública	Leonardo Cristiano da Silva - Mestre	95		9.8	Aprovado
Direito Administrativo Municipal	Jonias de Oliveira e Silva - Especialista	135		10.0	Aprovado
Responsabilizações por atos, omissões e ações administrativas	Cassius Mozart Santana - Especialista	60		7.4	Aprovado
Gestão Pública 4.0	Ana Cristina Martins Alessi - Especialista	90		8.8	Aprovado

Credenciada para oferta em EAD pela Portaria nº 615 de 09/08/2021, publicado no D.O.U de 11/08/2021. Este curso obedeceu a todas as disposições da Resolução CNE/CES nº 1 de 06 de abril de 2018. Atendendo as exigências da lei nº 9.394/1996, do CNE.

Curitiba, 04 de setembro de 2024
Faculdade Unypublica - CNPJ: 45.597.714/0001-67
Rua Voluntários da Pátria, nº 547 - Centro - CEP 80.020-000 - Curitiba - Paraná
Telefone: (41) 3653-3031 (Secretaria de Pós-Graduação)

Certificado gerado e assinado digitalmente por: JONIAS DE OLIVEIRA E SILVA CPF: 453.381.919-20
Data da Assinatura: 05/09/2024 às 17:19:40
Código de Verificação: 22660.16bf94484254faeecfcae03b2b7ee1d0673c13
Valide esse documento em: https://sistema.alunodigital.com.br/ValidarCertificadoPos.aspx Informando o código de verificação.

PM PIUM Fls 100

PM PIUM Fls 48

Faculdade Unypública

FACULDADE UNYPUBLICA

CERTIFICADO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ORDEM E PROGRESSO

Pós-Graduação Lato Sensu

O Diretor Geral da Faculdade Unypublica no uso de suas atribuições, confere o Título de Especialista a

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira

pela conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em ***MBA em Licitações Públicas à Luz da Lei 14.133/21****, com 480 horas, aprovado pelo Diretor de Pós-Graduação conforme Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, com o percurso do aluno no período de 13/08/2024 a 14/12/2024.*

PM PIUM
Fls 101

Curitiba, 18 de dezembro de 2024.

Jonias de Oliveira e Silva
Diretor Geral

Diogo Vinicius Fernandes Teixeira
Concluinte

Aluno: ***Diogo Vinicius Fernandes Teixeira***
Curso: ***MBA em Licitações Públicas à Luz da Lei 14.133/21***

CPF: ***063.432.371-78***
Área de Conhecimento (CAPES/CNPQ): ***Negócios, administração e direito***

Disciplina	***Ministrante***	***Titulação***	***CH***	***Nota***	***Frequência(%)***	***Situação Final***
Noções de Gestão Pública	*Janete Probst Munhoz*	*Doutorado*	*100h*	*9,20*	*100*	*Aproveitamento*
Introdução à Lei 14.133/21	*Leonardo Cristiano da Silva*	*Mestrado*	*95h*	*9,40*	*100*	*Aprovado*
Licitações Públicas à Luz da Lei 14.133/21	*Jonias de Oliveira e Silva*	*Especialização*	*135h*	*10,00*	*100*	*Aprovado*
OFICINA DE MINUTAS	*Cassius Mozart Santana*	*Especialização*	*90h*	*10,00*	*100*	*Aprovado*
Gestão Pública 4.0	*Ana Cristina Martins Alessi*	*Especialista*	*60h*	*8,80*	*100*	*Aproveitamento*

Credenciada para oferta em EAD pela Portaria nº 615 de 09/08/2021, publicado no D.O.U de 11/08/2021. Este curso obedeceu a todas as disposições da Resolução CNE/CES nº 1 de 06 de abril de 2018. Atendendo as exigências da lei nº 9.394/1996, do CNE.

Curitiba, 18 de dezembro de 2024
Faculdade Unypublica - CNPJ: 45.597.714/0001-67
Rua Voluntários da Pátria, nº 547 - Centro - CEP 80.020-000 - Curitiba - Paraná
Telefone: (41) 3653-3031 (Secretaria de Pós-Graduação)

PM PIUM
Fls 102

PM PIUM
Fls 68

CERTIFICADO

O Instituto Legislativo Brasileiro certifica que

DIOGO VINICIUS FERNANDES TEIXEIRA

CPF nº 063.432.371-78, participou, na modalidade a distância, do curso *LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: UM OLHAR PARA A LEI 14.133, DE 2021*, com carga horária de 60 horas, realizado no período de 25 de junho a 9 de julho de 2024, tendo obtido aprovação com nota: 84,00.

Brasília, 9 de julho de 2024.

Fernando Boarato Meneguin
Diretor-Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro

Júnia Claudia Gondim Melo
Coordenador de Capacitação, Treinamento e Ensino

Interlegis | Instituto Legislativo Brasileiro | SENADO FEDERAL

PM PIUM
Fls 103

PM PIUM
Fls 104

PROGRAMA DO CURSO

- **Módulo I** - Introdução à Nova Lei de Licitações
- **Módulo II** - Requisitos das contratações públicas
- **Módulo III** - Licitações
- **Módulo IV** - Contratações diretas
- **Módulo V** - Contratos administrativos

Fundamentação legal: Regulamento Administrativo do Senado Federal
CNPJ Senado Federal - 00.530.279/0001-15

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO
6zxSVJAe3X
Para verificar a autenticidade deste certificado, acesse http://saberes.senado.leg.br/ e informe o código acima

PM PIUM
Fls 104

PM PIUM
Fls 104

P M PIUM
Fls 102

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
Trav. Vereadora Virgolina Coelho, nº 1145 - Bairro São Luiz II.
CEP: 68.540-000 Conceição do Araguaia-PA

P M PIUM
Fls 105

DECLARAÇÃO

Eu, **JAIR LOPES MARTINS**, portador do RG nº 2.171.495 SSP-PA e do CPF nº 318.553.182-53, residente e domiciliado no endereço AV Presidente JK, n° 2145 – Setor Universitário, Cidade- Conceição do Araguaia-PA CEP: 68.540-000, na qualidade de PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEICAO DO ARAGUAIA-PA, CNPJ: 05.070.404/0001-75, com sede administrativa na Travessa vereadora Virgolina Coelho, n° 1145 – São Luiz II – Conceição do Araguaia-PA, CEP 68.540-000, **DECLARO**, para os devidos fins, que **DIOGO VINÍCIUS FERNANDES TEIXEIRA, CPF nº 063.432.371-78**, exerceu o cargo de Chefe de Divisão de Licitaçãi, Contratos e Cotação, junto ao Departamento de Licitações e Contratos.

Por ser verdade, dou fé, dato e assino.

Conceição do Araguaia-PA, 08 de Fevereiro de 2024

JAIR LOPES MARTINS
Prefeito Municipal de Conceição do Araguaia-PA

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

P M PIUM
Fls 103

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 0454/17, DE 19/04/2017

P M PIUM
Fls 106

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PARÁ, usando de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, para exercer o cargo de provimento comissionado de Chefe da Divisão de Licitação, Contratos e Cotação (Nível I), com lotação junto à Secretaria de Gestão e Planejamento, o sr. **DIOGO VINÍCIUS FERNANDES TEIXEIRA**.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de abril de 2017.

JAIR LOPES MARTINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marileusa Miranda Costa
Código Identificador:EDC5AD52

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará no dia 25/04/2017. Edição 1719
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/famep/

P M PIUM
Fls 104

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 092/2021, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

P M PIUM
Fls 107

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PARÁ, usando de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, para exercer o cargo de provimento comissionado de Chefe da Divisão de Licitação, Contratos e Cotação (Nível I), com lotação junto à Secretaria de Gestão e Planejamento, o sr. **DIOGO VINÍCIUS FERNANDES TEIXEIRA.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de janeiro de 2021.

JAIR LOPES MARTINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marileusa Miranda Costa
Código Identificador:878B55F4

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará no dia 02/02/2021. Edição 2668
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/famep/

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

P M PIUM
Fls 107

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 0132/2021, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021

PM PIUM
Fls 108

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PARÁ, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° - **A Comissão Permanente de Licitações** desta Prefeitura Municipal passa a ter a seguinte composição:

I – TITULARES
a) Heloísa Mendes Sousa Francisco (Presidente)
b) Marliane da Veiga Santos (Membro)
c) Diogo Vinícius Fernandes Teixeira (Membro)

II – SUPLENTES
a) Ana Gabriela Pereira Gomes
b) Carlinda Pereira Alvino
c) Wilks Souza Costa

Art 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2021.

JAIR LOPES MARTINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marileusa Miranda Costa
Código Identificador:107E1E47

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará no dia 05/02/2021. Edição 2671
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/famep/



Instituto Gestão Tocantins

GesTO

Assessoria e Consultoria

P M PIUM
Fls 105

CNPJ nº 09.539.355/0001-28

P M PIUM
Fls 109

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu **ANA PAULA DA SILVA MOURA**, portador do RG nº 1.556.316 SSP-TO e do CPF nº 008.680.641-65, residente e domiciliado na ARSE 32 (Quadra 305 Sul), Alameda 01, QC 02 Lt. 11 Cs 4 Residencial Recanto do Bosque, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP 77.015-426, na qualidade de Diretora-Geral do Instituto Gestão Tocantins - GesTO, CNPJ: 09.539.355/0001-28, com sede administrativa Q ACSV SE 102, Av. LO 23 nº 01 Sala 05, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP: 77.023-528, **DECLARO**, para os devidos fins, que **COMPLIANCE SOLUÇÕES & ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 57.651.792/0001-81**, possui **CAPACIDADE TÉCNICA** nas seguintes áreas:

1. Licitações Públicas;
2. Contratos Administrativos;
3. Controle Interno;
4. Orçamento Público;
5. Convênios;
6. Contratos de Repasse.

Por ser verdade, dou fé, dato e assino.

Palmas-TO, *data certificada pelo assinador da RFB.*

INSTITUTO GESTAO TOCANTINS:09539355000128

Assinado de forma digital por INSTITUTO GESTAO TOCANTINS:09539355000128
Dados: 2025.01.16 14:34:28 -03'00'

Documento assinado digitalmente

ANA PAULA DA SILVA MOURA
Diretora-Geral

SECRETARIA DAS **CIDADES, HABITAÇÃO** E **DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO

PM PIUM
Fls 107

PM PIUM
Fls 110

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu, **RÔMULO SOARES MARQUES**, portador da Cédula de Identidade no 1500378 SSP/TO e no CPF: 626.354.251-91, residente em Palmas – TO, na qualidade de **Diretor de Planejamento, Contratos e Convênios, lotado na Secretária das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional** - SECIHD, Estado do Tocantins, CNPJ: 01.786.011/0001-01, com sede administrativa situada na Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, Avenida NS 01, Plano Diretor de Palmas – TO, DECLARO, para os devidos fins, que **DIOGO VINÍCIUS FERNANDES TEIXEIRA**, CPF no 063.432.371-78 e OAB/TO 13.179, Gerente de Apoio, Articulação e Parcerias de Assuntos Fundiários - DAI-1, possui **CAPACIDADE TÉCNICA** nas seguintes áreas:

1. Licitações e Contratos a luz da Lei nº 14.133/2021 (fase interna e externa);
2. Elaboração e Revisão de Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR);
3. Procedimentos relacionados a Adesão de Ata de Registro de Preços;
4. Contratação Direta (Dispensa e Inexigibilidade de Licitação);
5. Controle Interno Governamental;
6. Gestão de Convênios e Contratos de Repasse;
7. Planejamento Orçamentário em conformidade com a Lei nº 4.320/64 e LRF;

Por ser verdade, dou fé, dato e assino.

Palmas – TO, 27 de novembro de 2024.

gov.br Documento assinado digitalmente
ROMULO SOARES MARQUES
Data: 27/11/2024 14:44:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

(Assinado Digitalmente)
Rômulo Soares Marques
Diretor de Planejamento, Contratos e Convênios

SECRETARIA DAS **CIDADES, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO

PM PIUM
Fls 109

PM PIUM
Fls 111

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu, **THIAGO LOPES BENFICA**, portador da Cédula de Identidade nº 764093 SSP/TO e no CPF: 846.889.981-04, residente em Palmas – TO, na qualidade de **Secretário da Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional - SECIHD**, Estado do Tocantins, CNPJ: 01.786.011/0001-01, com sede administrativa situada na Praça dos Girassois, Esplanada das Secretarias, Avenida NS 01, Plano Diretor de Palmas – TO, DECLARO, para os devidos fins, que **DIOGO VINÍCIUS FERNANDES TEIXEIRA**, CPF nº 063.432.371-78, participou do Chamamento Público nº 001/2023, para seleção dos interessados, oriundo do Processo nº 2023/37000/000113, na qualidade de membro da Comissão Especial de Credenciamento – CEC (PORTARIA/SECIHD Nº 262/2023/GASEC), possuindo **CAPACIDADE TÉCNICA** nas seguintes áreas:

1. Licitações e Contratos, incluindo procedimentos auxiliares;
2. Convênios.

Por ser verdade, dou fé, dato e assino.

Palmas – TO, 21 de março de 2024.

THIAGO LOPES BENFICA:84688998104

Assinado de forma digital por THIAGO LOPES BENFICA:84688998104
Dados: 2024.03.21 15:57:20 -03'00'

THIAGO LOPES BENFICA

Secretário das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional

Bolsa de Licitações & Leilões

CNPJ n. 10.508.843/0001-57

CERTIFICADO

Certificamos que

Gleucio Dias da Silva

participou do **CURSO DE CAPACITAÇÃO EM PREGÃO ELETRÔNICO** ministrado no dia 23 de Janeiro de 2014, com carga horária de 8 horas, tendo obtido 100% de presença e aproveitamento.

Bárbara de Geus
Barbara de Geus
Coordenadora de Cursos

P M PIUM
Fls 112

P M PIUM
Fls

Certificado

G. R. Passos – G.R. Treinamento e Eventos de Negócio - confere a GLEUCIO DIAS DA SILVA, CPF nº 000.323.691-90, o presente Certificado de Conclusão do XVIII Curso de Licitações & Contratos, Formação de Pregoeiro e Registro de Preços, realizado em Palmas (TO), nos dias 29, 30 e 31 de janeiro de 2013, com carga horária de 24:00 hs. (vinte e quatro horas).

Palmas, 31 de janeiro de 2013

Geldes Ronan Passos
G.R. Passos - GR Treinamento e Eventos de Negócio
CNPJ 12.559.104/0001-10
End. 507 sul, Al. 28, Q.I. 23, Lt. 17 - Fone (63) 3225-1417
CEP 77.016.136 – Palmas (TO)
www.gr1treinamento.com.br

PM PIUM
Fls 103

Fls 103

P M PIUM
Fls 110

P M PIUM
Fls 114

TCE
TOCANTINS

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Instituto de Contas 5 de Outubro

Certificado

tificamos que

_EUCIO DIAS DA SILVA

ticipou do curso Orientações Técnicas em Obras Públicas, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do :antins, no dia 17/06/2013.

José Wagner Praxedes	Marilda Piccolo	Elizete da Silva Feitosa
Presidente do TCE-TO	*Diretora Geral do Instituto de Contas*	*Coordenadora de Formação e Aperfeiçoament*

Conteúdo Programático:

Instrução Normativa TCE-TO nº 05/2012
Instruções Normativas TCE-TO nº 002/2008 e 001/2010 e
Resolução TCE-TO nº 372/2012

Data: **01/11/2013**

Carga Horária: **8 Hor**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do endereço http://ead.tce.to.gov.br/institutodecontas

Autenticação: 5516ef366b0a811efd59852ead6db223

P M PIUM
Fls

P M PIUM
Fls

o vai?
os
brae.
tas em
s negócios.

Certificado

Conferido *a* *Gleucio Dias da Silva* pela Participação no **Curso de "Compras Governamentais-Comprador"**, de 28 a 30 de Outubro de 2015 na cidade de Fátima-TO, com carga horária de 24 h/a.

Isaque Félix da Silva
Instrutor

Millena Pereira Lima Rodrigues
Analista Técnico

P M PIUM
Fls 112

P M PIUM
Fls 116

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Validade: ate 09 de Julho de 2017

A empresa **G & V APOIO ADMINISTRATIVO - EIRELI** CNPJ: 21.722.490/0001-00, prestou de forma satisfatória para o **MUNICIPIO DE OLIVEIRA DE FATIMA, *CNPJ nº 01.629.809/0001-40***, situada na ***AV. BERNARDO SAYAO, CENTRO, OLIVEIRA DE FATIMA/TO***, os serviços a seguir caracterizado.

1) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA NA ÁREA DE REDE E HARDWARE, NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DESTE MUNICÍPIO E ASSESSORIA NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO JUNTO À COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DURANTE O ANO DE 2016, CONFORME CONTRATO Nº 002-E/2016

Atestamos ainda, que os serviços foi executado satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

OLIVEIRA DE FATIMA - TO, 09 de Maio de 2017.

GESIEL ORCELINO DOS SANTOS
PREFEITO

Gesiel Orcelino dos Santos
Prefeito Municipal

CÓPIA

P M PIUM
Fls 113

P M PIUM
Fls 117

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Validade: ate 09 de Julho de 2017

O pregoeiro **GLEUCIO DIAS DA SILVA** CPF: 000.323.691-90, prestou de forma satisfatória para o **MUNICIPIO DE OLIVEIRA DE FATIMA, *CNPJ nº 01.629.809/0001-40***, situada na ***AV. BERNARDO SAYAO, CENTRO, OLIVEIRA DE FATIMA/TO***, os serviços a seguir caracterizado.

1) Exerceu a função de PREGOEIRO designado através da PORTARIA 005/2013, durante o ano de 2013 e 2014.

Atestamos ainda, que os serviços foi executado satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

OLIVEIRA DE FATIMA - TO, 09 de Maio de 2017.

GESIEL ORCELINO DOS SANTOS
PREFEITO

Gesiel Orcelino dos Santos
Prefeito Municipal

OLIVEIRA DE FATIMA

PM PIUM
Fls 114

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

PM PIUM
Fls 118

Nome: G & V APOIO ADMINISTRATIVO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 21.722.490/0001-00
Certidão nº: 53025678/2024
Expedição: 02/08/2024, às 09:50:26
Validade: 29/01/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **G & V APOIO ADMINISTRATIVO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **21.722.490/0001-00, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

P M PIUM
Fls 115

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

P M PIUM
Fls 119

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: G & V APOIO ADMINISTRATIVO LTDA
CNPJ: 21.722.490/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:07:52 do dia 13/08/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/02/2025.
Código de controle da certidão: **7B93.92BD.2F4D.7F20**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

P M PIUM
Fls 116

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

P M PIUM
Fls 120

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
21.722.490/0001-00 MATRIZ		21/01/2015

NOME EMPRESARIAL
G & V APOIO ADMINISTRATIVO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
G & V ADMINISTRATIVO	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
82.99-7-04 - Leiloeiros independentes
18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário
18.13-0-99 - Impressão de material para outros usos
18.22-9-01 - Serviços de encadernação e plastificação
18.30-0-03 - Reprodução de software em qualquer suporte
25.39-0-02 - Serviços de tratamento e revestimento em metais
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV AEROPORTO	S/N	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.558-000	CENTRO	OLIVEIRA DE FATIMA	TO

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(63) 8474-0145

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	21/01/2015

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **08/08/2024** às **09:59:58** (data e hora de Brasília). Página: **1/3**

P M PIUM
Fls 117

P M PIUM
Fls 121

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
21.722.490/0001-00 MATRIZ		21/01/2015

NOME EMPRESARIAL
G & V APOIO ADMINISTRATIVO LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
49.29-9-03 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
49.30-2-04 - Transporte rodoviário de mudanças
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
69.20-6-01 - Atividades de contabilidade
74.10-2-02 - Design de interiores
74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos
74.20-0-05 - Serviços de microfilmagem
77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
77.32-2-02 - Aluguel de andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV AEROPORTO	S/N	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.558-000	CENTRO	OLIVEIRA DE FATIMA	TO

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(63) 8474-0145

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	21/01/2015

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **08/08/2024** às **09:59:58** (data e hora de Brasília). Página: **2/3**

P M PIUM
Fls 118

P M PIUM
Fls 122

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
21.722.490/0001-00 MATRIZ		21/01/2015

NOME EMPRESARIAL
G & V APOIO ADMINISTRATIVO LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
85.99-6-03 - Treinamento em informática
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
85.99-6-05 - Cursos preparatórios para concursos
90.01-9-02 - Produção musical
90.01-9-05 - Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV AEROPORTO	S/N	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.558-000	CENTRO	OLIVEIRA DE FATIMA	TO

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(63) 8474-0145

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	21/01/2015

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **08/08/2024** às **09:59:58** (data e hora de Brasília). Página: **3/3**

CONSULTAR QSA VOLTAR IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.



433.464 20/04/1998

GLEUCIO DIAS DA SILVA

Valter Silva de Lima

Raimunda do Espirito Santo Dias da Silva

GURUPI-TO 22/MAIO/1983

C.N.13.058 FLS.98 LV.A-27 EXP. EM 24-05-83

GURUPI-TO

TO VACINADO LIVRE DA PÓLIO

PM PIUM

Fls #9

1000

Fls 123



MINISTÉRIO DA DEFESA

CERTIFICADO DE DISPENSA DE INCORPORAÇÃO

7 CSM

Nº 647076 SÉRIE: M

RA 07 300 200138-3

NOME GLEUCIO DIAS DA SILVA

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE

FILIAÇÃO

PAI VALTER SILVA DE LIMA

MÃE RAIMUNDA DO ESPÍRITO SANTO DIAS DA SILVA

DATA NASC. 22 mai 83

NATURALIDADE GURUPI TO

Dispensado do Serviço Militar inicial em 20 dez 2005

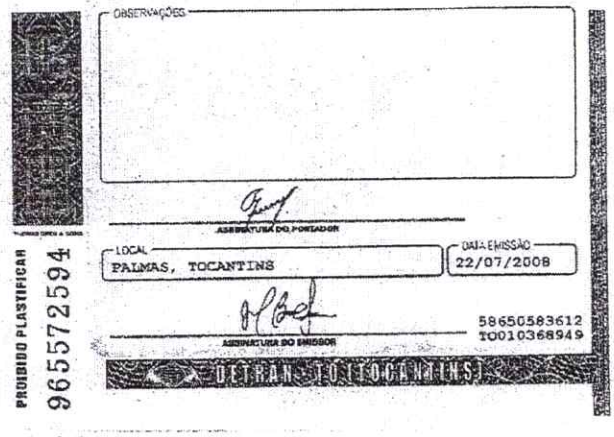
por residir em município não tributário.

Cmt/Ch ou Dirt VILMAR BATISTA DE SOUSA - 1º Ten

Delegado da 18ª Del SM / 7ª CSM

PROIBIDO PLASTIFICAR





P M PIUM
Fls 120

ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI

G & V APOIO ADMINISTRATIVO - EIRELI

P M PIUM
Fls 124

Pelo presente instrumento, ***GLEUCIO DIAS DA SILVA****, Empresário, Brasileiro, Casado, sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 22 de Maio de 1983, Natural Gurupi - TO, Filho de Valter Silva de Lima e Raimunda do Espirito Santo Dias da Silva, Portador da Carteira de Identidade sob o nº 433.464 SSP/TO, e Inscrito no CPF sob o nº 000.323.691-90, Residente e domiciliado na Avenida 26 de Maio S/N° Quadra 36, Lote 01 Centro CEP: 77558-000 no Município de Oliveira de Fatima – TO, resolve com fundamento no artigo 980-A, da Lei nº. 10.406/02, constituir uma EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes, observando, nas omissões, as regras previstas para a sociedade limitada. (art. 997, II, CC/2002).*

CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI girará sob a denominação de ***G & V APOIO ADMINISTRATIVO - EIRELI,*** *e nome fantasia de* ***G & V ADMINISTRATIVO*** *com sede na Avenida Aeroporto, S/N° Centro, CEP: 77558-000 no Município de Oliveira de Fatima - TO.*

CLÁUSULA SEGUNDA

A EIRELI poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo, devidamente assinada pelo titular da empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA

Terá por objeto o de:

82.11-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

82.19-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo.

82.99-7/04 - Leiloeiros independentes

18.13-0/01 - Impressão de material para uso publicitário.

18.13-0/99 - Impressão de material para escritório.

18.22-9/01 - Serviços de encadernação e plastificacão.

18.30-0/03 - Reprodução de software em suporte.

25.39-0/02 - Serviços de tratamento e revestimento em metais.

38.11-4/00 - Coleta de resíduos não - perigosos.

38.12-2/00 - Coleta de resíduos perigosos.

42.13-8/00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas.

42.92-8/01 - Montagem de estruturas metálicas.

42.99-5/01 - Construção de instalações esportivas e recreativas.

P M PIUM
Fls 121

85.99-6/05 - Cursos preparatórios para concursos

90.01-9/02 - Produção musical

90.01-9/05 - Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas.

95.11-8/00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

95.12-6/00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação

7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor.

PM PIUM
Fls 125

CLÁUSULA QUARTA

Seu prazo de duração é por tempo indeterminado, iniciando suas atividades em 13 de Janeiro de 2015. (997, II, CC/2002)

CLÁUSULA QUINTA

O capital é de R$ 79.000,00 (Setenta e Nove Mil Reais) totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país, (Art. 980-A).

CLÁUSULA SEXTA

A responsabilidade do titular é restrita ao valor de seu capital e responde exclusivamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002)

CLÁUSULA SÉTIMA

A administração da empresa caberá a **GLEUCIO DIAS DA SILVA**, *Empresário, Brasileiro, Casado, sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, nascido em 22 de Maio de 1983, Natural Gurupi - TO, Filho de Valter Silva de Lima e Raimunda do Espirito Santo Dias da Silva, Portador da Carteira de Identidade sob o nº 433.464 SSP/TO, e Inscrito no CPF sob o nº 000.323.691-90, Residente e domiciliado na Avenida 26 de Maio S/N° Quadra 36, Lote 01 Centro CEP: 77558-000 no Município de Oliveira de Fatima – TO, com os poderes e atribuições de administrar os negócios sociais, vedado, no entanto, o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse empresarial ou assumir obrigações seja em favor do titular da empresa.*

CLÁUSULA OITAVA

O exercício social será encerrado em 31 de Dezembro de cada ano. Proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

CLÁUSULA NONA

Falecendo o titular, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA

O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não participa de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da EIRELI, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a

P M PIUM
Fls 122

cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

P.M PIUM
Fls 126

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Fica eleito o foro da comarca de Porto Nacional – TO, para dirimir qualquer dúvidas, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

O titular assina o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual forma e teor, que será levado a registro perante a Junta Comercial do Estado do Tocantins, para que a mesma adquira personalidade jurídica, de acordo com a legislação em vigor.

Oliveira de Fatima – TO, 13 de Janeiro de 2015

FATIMA-TO

GLEUCIO DIAS DA SILVA

Testemunhas:

Gleucio Pereira Gomes da Silva
CPF: 809.270.761-87

Odete Ferreira dos Santos
CPF: 007.253.691-83

CARTÓRIO AMORIM

SELO DE FISCALIZAÇÃO
RECONHECIMENTO DE FIRMA
REH 024471

CARTÓRIO AMORIM - Registro de Imóveis, Tabelionato de Notas, Registro de Títulos e Documentos, Registro de Pessoas Jurídicas e Tabelionato de Protestos
Av. JK, s/nº, Qd.O, Lote 10 - Centro - Fátima/TO - CEP: 77556-000
Fone: (63)3356-1506 - E-mail: cartfatima@hotmail.com

RECONHECIMENTO VERDADEIRA

Reconheço por verdadeiro a(s) assinatura(s) de: GLEUCIO DIAS DA SILVA

Pessoa(s) por mim identificada(s) e por haver(em) sido aposta(s) em minha presença, dou fé.

Fátima - TO 16/01/2015

Thyessen Bruna Coelho Lima - Escrevente

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS

CERTIFICO O REGISTRO EM 21/01/2015
SOB Nº: 17600024321
Protocolo: 14/038551-7, DE 30/12/2014

S & V APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI

ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL

103863

P M PIUM
Fls 123

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
21.722.490/0001-00 MATRIZ		21/01/2015

P M PIUM
Fls 127

NOME EMPRESARIAL
G & V APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI - ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
85.99-6-03 - Treinamento em informática
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
85.99-6-05 - Cursos preparatórios para concursos
90.01-9-02 - Produção musical
90.01-9-05 - Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESP.LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV AEROPORTO	S/N	

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.568-000	CENTRO	OLIVEIRA DE FATIMA	TO

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(63) 8474-0145

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	21/01/2015

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **22/01/2015** às **11:14:19** (data e hora de Brasília). Página: **3/3**

Consulta QSA / Capital Social Voltar

© Copyright Receita Federal do Brasil - 22/01/2015

PM PIUM
Fls 121

Receita Federal

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

PM PIUM
Fls 128

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
21.722.490/0001-00 MATRIZ		21/01/2015

NOME EMPRESARIAL
G & V APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI - ME

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
G & V ADMINISTRATIVO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
82.99-7-04 - Leiloeiros independentes
18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário
18.13-0-99 - Impressão de material para outros usos
18.22-9-01 - Serviços de encadernação e plastificação
18.30-0-03 - Reprodução de software em qualquer suporte
25.39-0-02 - Serviços de tratamento e revestimento em metais
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESP.LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV AEROPORTO	S/N	

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.558-000	CENTRO	OLIVEIRA DE FATIMA	TO

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(63) 8474-0145

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	21/01/2015

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

PM PIUM
Fls 128

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **22/01/2015** às **11:14:19** (data e hora de Brasília).

Página: ~~1/3~~

P M PIUM
Fls 129

P M PIUM
Fls 126

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **22/01/2015** às **11:14:19** (data e hora de Brasília).

P M PIUM
Página 1/3
Fls 130

P M PIUM
Fls 127

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
21.722.490/0001-00 MATRIZ		21/01/2015

P M PIUM
Fls 131

NOME EMPRESARIAL
G & V APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI - ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
49.29-9-03 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
49.30-2-04 - Transporte rodoviário de mudanças
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
69.20-6-01 - Atividades de contabilidade
74.10-2-02 - Design de interiores
74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos
74.20-0-05 - Serviços de microfilmagem
77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
77.32-2-02 - Aluguel de andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESP.LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIA)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV AEROPORTO	S/N	

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.558-000	CENTRO	OLIVEIRA DE FATIMA	TO

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(63) 8474-0145

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	21/01/2015

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **22/01/2015** às **11:14:19** (data e hora de Brasília). Página: **2/3**

P M PIUM
Fls 128

ATO 315

ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME)

P M PIUM
Fls 132

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Tocantins

A empresa G & V APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI , estabelecida na (o) AVENIDA AEROPORTO, S/N bairro CENTRO, OLIVEIRA DE FATIMA, TO CEP: 77.558-000, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

OLIVEIRA DE FATIMA - TO, 13 DE JANEIRO DE 2015.

GLEUCIO DIAS DA SILVA - Titular/Administrador

CARTORIO AMORIM - Registro de Imoveis, Tabelionato de Notas, Registro de Títulos e Documentos, Registro de Pessoas Jurídicas e Tabelionato de Protestos
Av.JK, s/nº, Qd.O, Lote 11 , Centro - Fátima TO - CEP: 77555-000
Fone: (63)3365-1566 - E-mail: cartorioma@hotmail.com

SELO DE FISCALIZAÇÃO
Tribunal de Justiça
RECONHECIMENTO DE FIRMA
FUNCIVIL
REH 024477

RECONHECIMENTO VERDADEIRA
Reconheço por verdadeiro a(s) assinatura(s) de:GLEUCIO DIAS DA SILVA
Pessoa(s) por mim identificada(s) e por haver(em) sido aposta(s) em minha presença, dou fé Fátima - TO 16/01/2015
Thyessen Bruna Coelho Lima - Escrevente
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS
CERTIFICO O REGISTRO EM 21/01/2015
SOB Nº 17586585
Protocolo: 14/038552-5, DE 30/12/2014
Empresa:17 6 0002432 1
G & V APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI
ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL
103867

MÓDULO INTEGRADOR: TO2201500000943

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão
6265901

Validador
389541858769988323579588 10876957

PM PIUM Fls 128

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA

PM PIUM Fls 133

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ : 21.722.490/0001-00 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: -

FINALIDADE:
LICITAÇÃO

HISTÓRICO:
NÁO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço http://www.to.gov.br/sefaz

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente , o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Quinta-feira, 9 de Janeiro de 2025 - 14h 22m 58s **Emitida Via INTERNET**

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.

P M PIUM
Fls 130

Voltar | Imprimir

P M PIUM
Fls 134

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.722.490/0001-00
Razão Social: G E V APOIO ADMINISTRATIVO LTDA
Endereço: AV AEROPORTO SN / CENTRO / OLIVEIRA DE FATIMA / TO / 77558-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:04/01/2025 a 02/02/2025

Certificação Número: 2025010403192244138531

Informação obtida em 09/01/2025 15:47:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

AVENIDA PARA CONTORNO COM POUSO ALTO, QD.01, LT.1 - CENTRO
OLIVEIRA DE FATIMA - ESTADO DO TOCANTINS

PM PIUM
Fls 131

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

PM PIUM
Fls 135

Prazo de Validade: até 25/02/2025

CONTROLE: ZY6G2Q6ZS2GWCHUG
FINALIDADE: Licitacao

Certificamos que até a presente data não constam débitos **da pessoa com o código nº 836, G & V APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. CNPJ nº 21.722.490/0001-00 com o nome de fantasia sendo G & V ADMINISTRATIVO residente à AV. AEROPORTO CENTRO em OLIVEIRA DE FATIMA - TO**, conforme constatamos verificando os arquivos da Fazenda Pública Municipal.

Ficam ressalvados todavia, os direitos da mesma fazenda pelas omissões ou quaisquer irregularidades que venham a ser verificadas posteriormente, mesmo no período de validade desta certidão.

Esta certidão é emitida eletronicamente, e deverá ser validada para a confirmação da sua autenticidade, no endereço eletrônico . Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação no âmbito da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de OLIVEIRA DE FATIMA.

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FATIMA, Quarta-feira, 27 de novembro de 2024

Prefeitura Municipal de Crixás
Gestão eficiente, transparente e inovadora.
2021-2024

P M PIUM
Fls 132

P M PIUM
Fls 136

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O município de Crixás do Tocantins portador do CNPJ: 01.612.821/0001-41, através de sua prefeita vem via de o presente declarar que a empresa **G & V APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI – ME,** *CNPJ: 21.722.490/0001-00, prestou durante os anos de 2022 a 2024 de forma satisfatória o serviço a seguir caracterizado:*

CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA, NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO JUNTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO, COM A FINALIDADE DE ACOMPANHAR E TOMAR AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS E NECESSÁRIAS NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS QUE VERSAM SOBRE OS SEGUINTES ASSUNTOS:

Atestamos ainda, que os serviços foram prestados satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Crixás do Tocantins - TO, 30 de Dezembro de 2024.

ANA FLAVIA ALVES SILVEIRA MONTEIRO:00663826101

Assinado de forma digital por ANA FLAVIA ALVES SILVEIRA MONTEIRO:00663826101
Dados: 2024.12.30 12:47:25 -03'00'

ANA FLÁVIA ALVES SILVEIRA MONTEIRO
Prefeita do Município de Crixás – TO

G & V ADMINISTRATIVO
CNPJ: 20.277.633/0001-59

P M PIUM
Fls 133

P M PIUM
Fls 137

PROPOSTA DE PREÇOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025

Executaremos os serviços pelo preço de **R$ 21.990,00**

Assumimos inteira responsabilidade pôr quaisquer erros ou omissão que venham a serem verificados na preparação desta;
Manteremos válida a proposta pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua apresentação;
Utilizaremos equipe técnica e administrativa que for necessária para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos desde já, a correção dos mesmos, desde que assim seja necessária;

Item	Descrição do Material	Qt serviço	Preço Unit.	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.	01	R$ 21.990,00	R$ 21.990,00

G&V ADMINISTRATIVO

G & V ADMINISTRATIVO
CNPJ: 20.277.633/0001-59

P M PIUM
Fls 137

Proponente:
a) Nome/Razão Social: G **& V APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI - ME**
b) Endereço: AV. AEROPORTO
c) Telefone 9945-7657
d) CPF/CNPJ: 21.722.490/0001-00

P M PIUM
Fls 138

OLIVEIRA DE FÁTIMA, 17 de JANEIRO de 2025

gov.br Documento assinado digitalmente
GLEUCIO DIAS DA SILVA
Data: 17/01/2025 16:00:53-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

G & V APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI - ME
CNPJ: 21.722.490/0001-00

G & V ADMINISTRATIVO

PM PIUM
Fls 135

PM PIUM
Fls 139

RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E JUSTIFICATIVA DE PREÇO DISPENSA Nº 027/2025

I. DA NECESSIDADE DO OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TECNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVENIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DA QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.

A contratação de uma consultoria técnica especializada, tem como finalidade atender ao contido na Legislação Federal e Estadual na execução de programas e projetos que envolvam a transferência de recursos financeiros do Orçamento Geral da União Federal e do Estado do Tocantins, para o Município através da formalização de convênios, termos de compromissos, termos de ajuste, termos de adesão, instrumentos similares e programas de ação continuada, bem como, quando na elaboração e encaminhamento da prestação de contas dos recursos que forem repassados, por quaisquer dos instrumentos acima mencionados para o Município.

O Município possui vários convênios, no âmbito estadual e federal, em execução do ano de 2024 prosseguindo para o ano de 2025 o qual é necessário realizar o acompanhamento dos mesmos, para saber se foram feitas prestações de contas, e se foi feito a inserção de propostas no sistema de convênios do Governo federal e do Estado, bem como o estudo de como foi feito o processo de licitação desses convênios, conforme descrito neste Termo de Referência.

II. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Em 01 de abril de 2021 entrou em vigor a Lei 14.133/2021, iniciando um novo marco nas Licitações e contratos.

Objetivo da Licitação é contratar a proposta mais vantajosa primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é a regra.

Entretanto há requisições que por características específicas tornam-se impossíveis ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais. Na ocorrência de licitações inviáveis ou impossíveis a lei previu exceções as regras, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de licitação. Trata-se de certame realizado sob obediência ao estabelecido no artigo 72, lei 14.133/2021:

> "Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente. Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial."

No nosso caso em questão verifica-se a Dispensa de licitação com base jurídica no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021:

I Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 125.451,15 o caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 No caso de outros serviços e compras;

PM PIUM
Fls 139

PM PIUM
141

III. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Atrela-se tanto à justificativa de preço, quanto à habilitação e qualificação do contratado, além da caracterização e comprovação da situação fática que autoriza a inexigibilidade ou dispensa de licitação por meio de parecer técnico, quando for o caso.

Em analise aos presentes autos, observamos habilitação das empresas a seguir caracterizado:

As empresas **G e V ADMINISTRATIVO EIRELI-ME**, Pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/CPF sob nº. 21.722.490/0001-00 e a empresa **COMPLIANCE SOLUÇÕES E ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA,** inscrita no CNPJ/CPF 57.651.792/0001-81 apresentaram propostas. Analisado a documentação da empresa foi verificado:

A empresa **G e V ADMINISTRATIVO EIRELI-ME** e **COMPLIANCE SOLUÇÕES E ASSESSORIA ESPECIALIZADA LTDA,** apresentaram toda documentação descritas no edital, com atestados de capacidade técnica, por se tratar de uma prestação de serviço de estrema importância e constatando que as referidas empresas têm capacidade técnica a bastante tempo e os preços da mesma estar dentro do estimado para o processo resolvemos habilitar as mesmas para análise das propostas.

IV. DAS COTAÇÕES

Na contratação em epígrafe, verificou-se no termo de referência os preços praticados no mercado devido à natureza do Objeto do procedimento.

O valor mais vantajoso ofertado conforme a planilha de estimativa de despesa foi o da empresa **G e V ADMINISTRATIVO EIRELI-ME** no valor de R$ 21.990,00 **(vinte e um mil e novecentos e noventa reais).** Está demonstrado que a contratação está dentro dos valores de mercado.

V. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

O critério de menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar ao processo, propostas compatíveis com o termo de referência, de acordo com a Lei 14.133/2021.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, tratar-se de situação pertinente de dispensa de licitação, o qual deverá ser composto por no mínimo três propostas validas.

PM PIUM
Fls 138

PM PIUM
142

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

VI. DA ESCOLHA

G e V ADMINISTRATIVO EIRELI-ME CNPJ. 21.722.490/0001-00

VII- DEMONSTRAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS COM O COMPROMISSO A SER ASSUMIDO

Os recursos para custear tais despesas são advindos do Orçamento de 2025 da Prefeitura Municipal de Pium-TO.

Pium, 22 de Janeiro de 2025

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAÚJO
Agente de Contratação

Maídia Barros da S. Rodrigues
Membro da Comissão de Contratação

Tatiana Lopes Pereira
Membro da Comissão de Contratação

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM
ADM.: 2025/2028
Povo Forte, União que Move!

PM PIUM
Fls 139

PM PIUM
143

DESPACHO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 027/2025
Dispensa de Licitação .

ASSUNTO: Contratação de empresa para consultoria fiscal, tributária e processos licitatórios do Governo Federais, Estaduais de recursos e prestação de contas junto ao executivo municipal durante o ano de 2024. A relação das quantidades especificações que irar continuar para o ano de 2025.

Tendo em vista o que consta no parecer jurídico e os documentos anexos, encaminhamos o presente processo para parecer do controle interno, após encaminhe-se para ratificação e autorização do Exmo. Sr. Prefeito de Pium – TO.

Pium – TO, 22 de janeiro de 2025.

RAYLLANNE GOUVEIA DE ARAUJO
Agente de Contratações

PM PIUM
Fls 140

PM PIUM
144

CERTIFICADO DE VERIFICAÇÃO DE REGULARIDADE Nº 012/2025

PROCESSO Nº	**027/2025**
UNIDADE GESTORA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
ASSUNTO	Prestação de serviços com Assessoria Licitação.
GESTOR RESPONSÁVEL	FERNANDO BELARMINO DA SILVA
MODALIDADE	**DISPENSA 027/2025 PMP**
VALOR	21.990,00
EMPRESA	**G & V APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI**
ESTÁGIO DA DESPESA	

1. Trata os presentes autos do processo **027/2025**, Contratação de empresa para consultoria fiscal, tributária e processos licitatórios do governo federal, submetido a esta Secretaria de Transparência e Controle Interno em atenção ao disposto nos artigos 31,70, 74 e 75 da Constituição Federal; Art 59 da Lei Complementar nº 101/2000, conjugados com o disposto nas Leis nº 4.320/64, artigos 72, 74, 75, 78, 79 e 82 da Lei nº 14.133/21, de acordo com a regulamentação da mesma através do decreto municipal 062/2021 e Lei Orgânica Municipal, venho apresentar parecer de auditoria acerca de análise realizada no processo administrativo de Licitação a manifestar:

2. Primeiramente, registra-se que a Lei nº 495/2002, que instituiu no Município de Pium, o Sistema de Controle Interno e atribui sua competência estabelece; Normas gerais sobre a fiscalização do Município, organizada sob a forma de Sistema de Controle Interno Municipal, especialmente nos termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e tomará por base a escrituração e demonstrações contábeis, os relatórios de execução e acompanhamento de projetos e de atividades e outros procedimentos e instrumentos estabelecidos pela legislação em vigor ou órgãos de controle interno e externo.

DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

PM PIUM
Fls 141

PM PIUM
145

03. Para a instrução do processo foram juntados aos autos, em síntese, os seguintes documentos:

a) Propostas de Preço;
b) Autuação;
c) Documento de Formalização da Demanda;
d) E.T.P Estudo Técnico Preliminar;
e) Despacho C.P.L.;
f) Indicação orçamentaria (Setor Contábil);
g) Comprovação da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista das empresas que apresentaram as propostas;

DA ANÁLISE

04. Da análise dos autos temos as seguintes considerações:

a) Conclui-se, sinteticamente, que o processo administrativo em tela efetuou legalmente todas as etapas obrigatórias até a presente manifestação deste órgão de controle interno. Diante do exposto, concluímos que os autos assemelham-se estarem revestidos da legalidade necessária, e em conformidade com análise jurídica.

RECOMENDAÇÕES

05. Das recomendações do órgão de Controle Interno.

a) **Envio das informações ao Tribunal de contas do Estado do Tocantins – TCE-TO, através do Sistema SICAP-LCO.**
b) **Relatório Fiscal de Contrato.**
c) **Atesto do departamento de compras em notas fiscais emitidas.**

CONCLUSÃO

PM PIUM
Fls 142
PM PIUM
146

06. Lembramos que os ordenadores de despesa são os responsáveis por todas as ações ou omissões a que derem causa no exercício das suas competências.

07. Ante o exposto, abstendo-se de manifestar quanto a questões de ordem estritamente técnica, cujo crivo é de responsabilidade da unidade gestora, **DESDE QUE ATENDIDAS AS RECOMENDAÇÕES ACIMA E HAVENDO MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO JURÍDICO COMPETENTE QUANTO À LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO,** manifesta-se pelo prosseguimento do processo, orientando-se observância quanto ao fluxograma do processo – **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, estabelecida na Lei de Licitações (nº 4.320/64 e artigos 72, 74, 75, 78, 79 e 82 da Lei nº 14.133/21), de acordo com a regulamentação da mesma através do decreto municipal 062/2021.

Devolva - se os autos à origem para conhecimento e providências pertinentes.

3

Pium - TO, 22 de janeiro de 2025.

Kaio Pereira Luz
Decreto 013/2025
Controle Interno

Kaio Pereira Luz
Controle Interno

RECEBEMOS
Em 22/01/2025
Ass.

PM PIUM
Fls 143

PM PIUM
147

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 027/2025-PMP

O Prefeito Municipal de Pium– TO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, amparado no parecer jurídico e do controle interno, no que demais consta no procedimento em epígrafe, e especialmente a Lei Federal nº 14.133/21 e no Decreto Municipal n.º 062/2021, **resolve:**

RATIFICAR o processo de dispensa de licitação n.º 027/2025-PMP, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei 14.133/21, cujo objeto é a, ***Contratação de empresa para assessoria técnica especializada de consultoria em convênios federais, estaduais de recursos e prestação de contas junto ao executivo municipal durante o ano de 2024. A relação das quantidades e especificações que irar continuar para o ano de 2025.***

AUTORIZO a contratação da empresa G E V ADMINISTRATIVO EIRELI-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21722.490/0001-00 pela prestação de serviço acima especificado.

O preço levantado está compatível com o de mercado, totalizando o valor de R$ **21.990,00** (vinte e um mil e novecentos e noventa reais) pela prestação de serviço.

Por fim, **determino** que se proceda a publicação resumida do presente ato, em atendimento ao disposto em lei.

Pium – TO, aos 22 dias do mês de janeiro de 2025.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito Municipal

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
"Povo Forte, União que move!"

GOVERNO DE PIUM ADM.: 2025/2028 Povo Forte, União que Move!

PM PIUM Fls 147

PM PIUM 148

CONTRATO Nº 012/2025

Termo de Contrato celebrado entre o **Município de PIUM** e **G & V APOIO ADMINISTRATIVO - EIRELI**, referente **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.**

O MUNICÍPIO DE PIUM - TO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Diogenes de Brito nº 01, Setor Alto da Boa vista município de PIUM - TO, inscrito no CNPJ (MF) nº 01.189.497/0001-09, representado por seu gestor, **FERNANDO BELARMINO DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 011.865.451-94, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado;

A empresa G & V APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 21.722.490/0001-00, com sede na AV. Aeroporto, s/n, centro, Oliveira de Fatima-TO representada neste ato por seu Representante Legal, GLEUCIO DIAS DA SILVA, residente e domiciliado em Oliveira de Fatima-TO, portador da Cédula de Identidade nº433.464 SSP/TO e CPF nº000.323.691-90, resolvem celebrar o presente **CONTRATO** de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, elaborado de acordo com a minuta examinada pela **ASSESSORIA JURIDICA**, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025**.

PARÁGRAFO ÚNICO – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

As aquisições deste Contrato possuem suas especificações, quantidades e observações do Objeto dispensa **Processo nº 020/2025** parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Pela prestação dos serviços o Contratante pagará ao contratado o valor de R$21.990,00 (vinte e um mil novecentos e noventa reais)

P M PIUM
Fls 148

P M PIUM
149

Item	Descrição do Material	Qt serviço	Preço Unit.	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE CONSULTORIA EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DURANTE O ANO DE 2024. A RELAÇÃO DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS QUE IRAR CONTINUAR PARA O ANO DE 2025.	01	R$ 21.990,00	R$ 21.990,00

CLÁUSULA TERCEIRA – O licitante vencedor deverá obedecer às disposições estabelecidas para o serviço objeto deste processo licitatório;

CLÁUSULA QUARTA – Das Penalidades:

I - O Contratado que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ficará sujeita às penalidades previstas pela lei 14.133/2021;

CLÁUSULA QUINTA - São requisitos necessários dos condutores da Contratada para prestarem os serviços deste instrumento, entre outros determinados pela legislação:

CLÁUSULA SEXTA - Será de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos com a manutenção do equipamento, seguros obrigatórios, todas as despesas com a adequação do equipamento com as disposições legais, todos os encargos trabalhistas, todos os encargos sociais e todos os encargos previdenciários, isentando integralmente o contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data da realização do serviço objeto, onde serão efetuados pagamentos através de Ordem Bancária, mediante apresentação de Nota Fiscal com atesto de conformidade do fiscal dos serviços executados no período.

A despesa com a prestação dos serviços objeto do presente Edital correrá pela seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO: 03.0002.04.122.0003.2006 – DC - 39

CLÁUSULA OITAVA - O presente instrumento terá a seguinte vigência após a **homologação até 30 dias,** após o qual será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação

PM PIUM
Fls 1476
PM PIUM

judicial ou extrajudicial, podendo, entretanto ser prorrogado por até 60 (sessenta) dias mediante termo aditivo a este instrumento.

CLÁUSULA NONA - Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito à contratada indenização de qualquer espécie quando:
I - Não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;
II - A parte contratada transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do contratante;
III – Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos da lei 14.133/2021
IV - Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato;
V - No caso de acordo entre as partes, atendida a conveniência dos serviços, mediante lavratura de termo próprio ou conclusão dos serviços contratados ou por ocasião da conclusão destes, conforme objeto da licitação;
CLÁUSULA DÉCIMA – O pagamento do ISSQN será descontado do valor pago pela prestação dos serviços.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – São responsáveis pela execução deste Contrato: Pelo CONTRATANTE o Sr FERNANDO BELARMINO DA SILVA; Pelo contratado o Sr. GLEUCIO DIAS DA SILVA
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente contrato está vinculado ao **Edital n° 027/2025**.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos, no prazo de 30 (trinta) dias da data da entrada das notas fiscais/faturas no Protocolo da Prefeitura, apos as mesmas serem conferidas e atestadas pelo funcionário responsável pelo setor.

Fica facultado à Prefeitura a antecipação de pagamentos de notas fiscais, mediante descontos previamente acordados.

Servir-se dos equipamentos exclusivamente para os fins convencionados.

Levar ao conhecimento do CONTRATANTE as turbações de terceiros.

Fornecer o combustível necessário, do veículo destinado à realização do serviço objeto do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – São obrigações do Contratado:
a) O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo CONTRATANTE, com especial observância da lei vigente.

b) Antes de iniciar as atividades, apregoar logomarca do Município, conforme especificação fornecida pelo CONTRATANTE.

c) Assumir as despesas de manutenção, operador, inclusive danos causados a terceiros e quaisquer outras despesas decorrentes da presente avença.

P M PIUM
Fls 147

P M PIUM
151

d)Manter os equipamentos em perfeito estado de conservação, funcionamento e condições de uso, observando sempre a legislação vigente aplicável à espécie.

e) executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do município;
f) responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;
g) cumprir portarias e Resoluções do Município;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Constituirão motivos para rescisão do contrato, independentemente da conclusão de seu prazo:
a) manifesta deficiência do serviço;
b) reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
c) falta grave a juízo do município;
d) abandono total ou parcial do serviço;
e) falência ou insolvência;
f) não der início às atividades no prazo previsto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Fica eleito o foro da comarca de Cristalândia – TO, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo firmadas, que declaram conhecer todas as Cláusulas contratadas.

Pium-TO, 22 de janeiro de 2025.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito Municipal

G & V APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI
CNPJ:21.722.490/0001-00
Representante Legal da Contratada

TESTAMUNHAS: *1-*_____ *2-*_____
CPF: *CPF*

P M PIUM
Fls 148

P M PIUM
152

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 012/2025-PMP

Processo Administrativo: Nº 027/2025
Modalidade de Licitação: Dispensa
Objeto da Licitação: *Contratação de empresa para assessoria técnica especializada de consultoria em convênios federais, estaduais de recursos e prestação de contas junto ao executivo municipal durante o ano de 2024. A relação das quantidades e especificações que irar continuar para o ano de 2025.*
Partes: **G & V ADMINISTRATIVO EIRELI-ME** inscrito no CNPJ sob o n.º 21.722.490/0001-00 e MUNICIPIO DE PIUM , CNPJ 01.189.497/0001-09
Data da assinatura do contrato: 22 de janeiro de 2025.
Recursos: **03.0002.04.122.0003.2006 / 3.3.90.39 / 1.500.000000 – DC -39**

Valor total: **21.990,00** (vinte e um mil novecentos e noventa reais)
Vigência: após a **homologação até 30 dias.**
Data da homologação: 22 de janeiro de 2025
Fundamentação Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.
FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito municipal

PM PIUM
153

N° DO CONTRATO	**012/2025- PMP**
PROVOCADOR DA EMPRESA/ MEMORANDO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
EMPRESA CONTRATADA	G & V APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI
OBJETO	Contratação de empresa para consultoria fiscal, tributária e processos licitatórios do governo federal.
PERIODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	O presente contrato vigorará por prazo determinado até 22 fevereiro de 2025.

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS/ENTREGA MATERIAIS

Nos termos do art.177 da Lei Federal de Licitações n.° 14.133/21, procedemos ao acompanhamento do contrato em questão sendo realizadas as seguintes atividades:

01- QUANTO AO CUMPRIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO:

No período de acompanhamento foi realizada orientação técnica na contratação de empresa para consultoria fiscal, tributária e processos licitatórios do governo federal.

Conforme planilha, em que foram atendidas todas as condições contratuais. Havendo a regular prestação de serviços, satisfazendo o interesse público e consequentemente cumprindo o objeto do contrato.

Lista de Verificação:

OCORRÊNCIAS	SIM	NÃO
1. Cumpriu as obrigações contratuais iniciais	x	
2. Obedeceu aos prazos estabelecidos	x	-
3. Entregou documentos a que estava obrigado	x	-
4. Prestou o serviço com qualidade esperada	x	-
5. Realizou diligências necessárias	-	-

Obs.:

CUMPRIMENTO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

(x) Recebimento provisório/ parcelado ( ) Recebimento definitivo

PIUM

154

CONSIDERAÇÕES

Trata-se de da contratação por dispensa de licitação fundamentado na Lei 14.133/24 e alterações posteriores.

O presente instrumento é para contratação de empresa para consultoria fiscal, tributária e processos licitatórios do governo federal.
Contrato firmado em 21 de janeiro do corrente ano. Será pago à contratada o valor de R$ 21.990,00 (vinte e um mil novecentos e noventa reais).

O pagamento será efetuado conforme a prestação do serviço, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato e ou O Coordenador de Administração.

É o relatório.

Nada mais havendo a declarar, encaminhem-se cópia ao setor de compras para conhecimento com posterior juntada aos autos.

Pium – TO, 22 de janeiro de 2025.

Guilherme Pereira Cruz
Portaria Nº 074/2025
Fiscal de Contrato

Guilherme Pereira Cruz
Fiscal de Contrato Portaria : 074/2025

1500.1001
Valor total: R$ 16.150,00 (dezesseis mil cento e cinquenta reais)
Fundamentação Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.
Vigência: por até 12 meses após homologação

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 011/2025-PMP

Processo Administrativo: Nº 003/2025
Modalidade de Licitação: Dispensa N.º 003/2025-PMP
Objeto do Contrato: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS NA MANUTENÇÃO E DIREITO DE USO DE SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, ARRECADAÇÃO MUNICIPAL/TRIBUTOS, FOLHA DE PAGAMENTO/RH, CONTROLE DE ALMOXARIFADO/COMPRAS, GESTÃO DE PATRIMÔNIO, FINANCEIRO/TESOURARIA, CONTROLE DE FROTAS, CONTROLE DE PROTOCOLO, SERVIÇOS ONLINE (EMISSÃO E VALIDAÇÃO CNDS E IPTU) E NOTA FISCAL DE SERVIÇO (NFS-E) PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM-TO.
Partes: H. LOPES SISTEMAS EIRELI - EPP, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o n.º 01.689.869/0001-58 e o Município de Pium – TO, CNPJ 01.189.497/0001-09.
Data de assinatura: 16 de janeiro de 2025.
Recursos: 0003.0002.04.122.0003.2006– 3.3.90.39 – fonte 1.500.0000.
Valor total: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
Fundamentação Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.
Vigência: 31 de dezembro 2025.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito de Pium – TO.

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 011/2025-PMP

Processo Administrativo: Nº 003/2025
Modalidade de Licitação: Dispensa N.º 003/2025-PMP
Objeto do Contrato: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS NA MANUTENÇÃO E DIREITO DE USO DE SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, ARRECADAÇÃO MUNICIPAL/TRIBUTOS, FOLHA DE PAGAMENTO/RH, CONTROLE DE ALMOXARIFADO/COMPRAS, GESTÃO DE PATRIMÔNIO, FINANCEIRO/TESOURARIA, CONTROLE DE FROTAS, CONTROLE DE PROTOCOLO, SERVIÇOS ONLINE (EMISSÃO E VALIDAÇÃO CNDS E IPTU) E NOTA FISCAL DE SERVIÇO (NFS-E) PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM-TO.
Partes: H. LOPES SISTEMAS EIRELI - EPP, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o n.º 01.689.869/0001-58 e o Município de Pium – TO, CNPJ 01.189.497/0001-09.
Data de assinatura: 16 de janeiro de 2025.
Recursos: 0003.0002.04.122.0003.2006– 3.3.90.39 – fonte 1.500.0000.
Valor total: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
Fundamentação Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.
Vigência: 31 de dezembro 2025.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito de Pium – TO.

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 012/2025-PMP

Processo Administrativo: Nº 027/2025
Modalidade de Licitação: Dispensa
Objeto da Licitação: Contratação de empresa para assessoria técnica especializada de consultoria em convênios federais, estaduais de recursos e prestação de contas junto ao executivo municipal durante o ano de 2024. A relação das quantidades e especificações que irar continuar para o ano de 2025.
Partes: G & V ADMINISTRATIVO EIRELI-ME inscrito no CNPJ sob o n.º 21.722.490/0001-00 e MUNICIPIO DE PIUM , CNPJ 01.189.497/0001-09
Data da assinatura do contrato: 22 de janeiro de 2025.
Recursos: 03.0002.04.122.0003.2006 / 3.3.90.39 / 1.500.000000 – DC -39
Valor total: 21.990,00 (vinte e um mil novecentos e noventa reais)
Vigência: após a homologação até 30 dias.
Data da homologação: 22 de janeiro de 2025
Fundamentação Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito municipal

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 005/2025-PMP

Processo Administrativo: Nº 005/2025
Modalidade de Licitação: Dispensa
Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TCNICO ADMINISTRATIVOS PRESENCIAL EM PLATAFORMAS DIGITAIS E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL PARA ATENDIMENTO DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO 12.527/2011 E TRANPARENCIA 131/2009.
.Partes: VALE SOLUÇÕES EM GESTÃO LTDA inscrito no CNPJ sob o n.º 11.175.340/0001-70 e Município de Pium – TO, CNPJ 01.189.497/0001-09.
Data da assinatura do contrato: 21 de janeiro de 2025.
Recursos: 003.0011.18.695.0038.2064– 339039– fonte 1500
Valor total: 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais)
Vigência: após a homologação até 31/12/2025.
Data da homologação: 21 de janeiro de 2025
Fundamentação Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

PM PIUM
155

550088243630434393 1